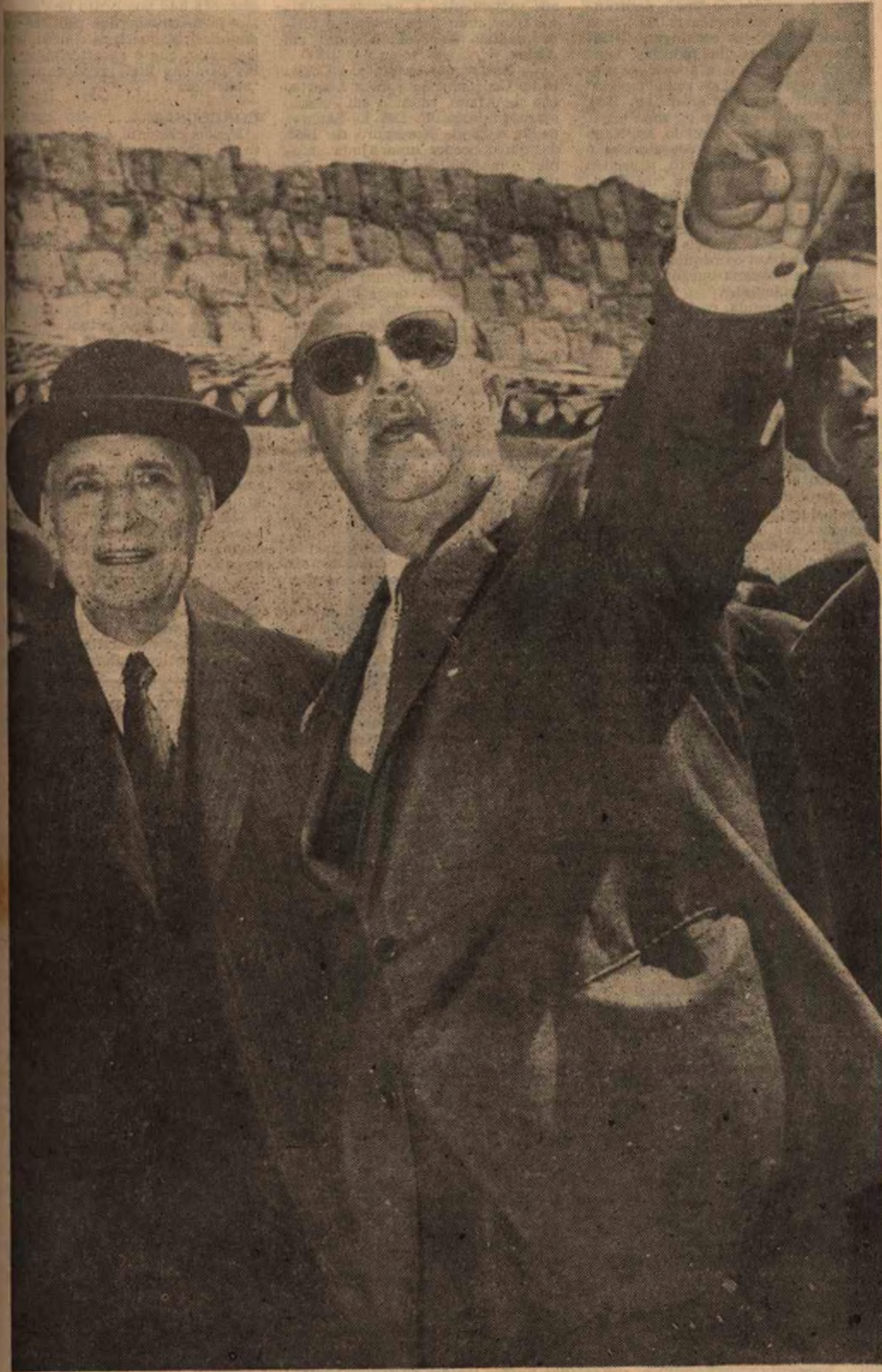




PORTUGAL DEMOCRÁTICO

ANO X — N.º 104 — SÃO PAULO, MARÇO DE 1966 REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191, SALA 2 CAIXA POSTAL — 62 48



Salazar Assassino!

Passou um ano sobre o assassinio, em território espanhol, perto da fronteira portuguesa, do general Humberto Delgado e de sua secretária, a cidadã brasileira Arajarir Campos. O crime foi praticado em 13 de Fevereiro do ano passado. E quando em Abril foram encontrados os cadáveres, perto de Villanueva del Fresno, alguns agentes do fascismo salazarista, e alguns provocadores, procuraram espalhar a confusão na imprensa internacional, atribuindo o crime a determinados sectores da Oposição Portuguesa. Logo o Governo de Salazar aproveitou para pôr em destaque na sua imprensa, na sua rádio, e na sua rede de televisão, tão favorável versão dos acontecimentos. Mas a Oposição Democrática Portuguesa não aceitou a calúnia, e corajosamente — no seu manifesto ao País durante a última farsa eleitoral, no passado mês de Novembro —, vem não só repelir a afronta, mas também acusar — acusar o Governo de Salazar de ser o autor do monstruoso crime. À beira do último acto da farsa eleitoral, Salazar com o cinismo do monstro que é, vê-se constringido a dar uma explicação pública: aparece então na rádio e televisão acusando a Oposição, e dizendo — na linha dos seus agentes e dos provocadores — que Humberto Delgado vinha a caminho de Portugal para se entregar, arrependido, quando os seus correligionários o assassinaram perto da fronteira portuguesa!... Mas eis que passado um ano sobre o monstruoso crime, o Juiz espanhol, encarregado das investigações, vem a público por intermédio de dois advogados, desvendar o pretensso mistério: o general Humberto Delgado foi morto numa cilada preparada e executada pela P.I.D.E. Quatro agentes desta polícia são incriminados, além de vários colaboradores, entre eles um português residente em Roma, um fascista italiano e um dirigente da O.A.S. francesa. O crime perfeito montado por Salazar e seus colaboradores mais próximos, falhou. A coragem do General Humberto Delgado, morrendo com a arma na mão depois de ter abatido um dos agentes da P.I.D.E., estragou uma parte do plano. A apresentação ao seu colega espanhol feita pelo chefe do Posto português fronteiriço da P.I.D.E., dos quatro colegas que "iam divertir-se a Sevilha", sendo um destes Chefe de Polícia em Angola, assim como o importantíssimo detalhe de um deles ter passado a fronteira com o passaporte de um súbdito inglês que fora tempos antes "perdido" na sede da P.I.D.E. em Lisboa — são factos que levaram a perder o crime perfeito perpetrado por Salazar e seus agentes. Assim explica a precipitação com que enterraram os cadáveres das duas vítimas. A coragem, até ao último momento de vida, de que deu provas o general Humberto Delgado, deitou por terra toda a trama criminosa de Salazar e de seus agentes.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO e todas as organizações portuguesas do Brasil, logo que houve notícia do assassinio, denunciaram Salazar e seus agentes como os únicos autores possíveis de tão monstruoso crime. PORTUGAL DEMOCRÁTICO e todas as organizações democráticas portuguesas do Brasil fizeram nesse momento um apêlo à opinião pública mundial no sentido de esta obrigar o inquérito policial e judicial a chegar ao seu termo. E se o processo de investigação fez o seu caminho, devemos-lo indiscutivelmente à solidariedade e à pressão da opinião mundial. A justeza do nosso apêlo de então é agora confirmada pelas revelações que nos trouxe o inquérito da Justiça espanhola. E porque assim é, renovamos hoje este nosso apêlo de há um ano. Que o inquérito chegue rapidamente ao seu termo. Que os assassinos, tendo Salazar como chefe de bando, sejam completamente desmascarados perante a opinião pública mundial. O Povo Português, em breve, ocupar-se-á de os julgar e castigar.

PORTUGAL
DEMOCRÁTICO

A Ingratidão de Franco...

"O Chamado Pacto Ibérico cria entre os dois governos peninsulares um nexo ainda maior que o Tratado de Amizade e Consulta em relação ao Brasil. Podemos afirmar que contém cláusulas secretas (...). Explica-se assim porque, na última fase da guerra civil de Espanha, o ditador português mandava entregar ao caudilho Franco os republicanos espanhóis que atravessavam a fronteira para se asilarem em território português. E eram fuzilados todos, às centenas, como bichos, ali mesmo, a dois passos da fronteira, no anfiteatro das touradas, em Badajoz, havendo indícios positivos de que, no meio dos espanhóis, entregues assim, aos magotes, a policia salazarista colocava alguns democratas portugueses de sobra, num feliz expediente de ver-se livre de certos inimigos mais indesejáveis. — ALVARO LINS, "Missão em Portugal".

Rumo à Vitória A Situação das Classes Trabalhadoras - IV

Nos últimos anos tem-se feito bastante barulho acerca da participação dos operários no capital e nos lucros das empresas. Não estará aí, como pretendem os fascistas, uma nova "audaciosa experiência social", uma nova prova da "democratização do capital"? Não se tratará como pretende o Jorge de Melo da CUF, da aplicação da "concepção cristã da empresa?"

A verdade é tratar-se apenas dum grosseiro processo de aumentar a intensidade do trabalho e a exploração dos trabalhadores. O que pode representar, por exemplo, a distribuição de ações de 1.000 escudos aos operários da CUF? Fazendo dos operários "patrões", procura-se vincular os operários aos interesses da empresa, ganhá-los à idéia de que, quanto maiores forem os lucros da empresa, maior será o dividendo por eles recebido, procurar que trabalhar mais e melhor e pagar-lhes menos com o pretexto nos seus interesses e "lucros" como "patrões". No fim de contas, que vem a "ganhar" cada operário? Se a CUF distribuir um dividendo de 10 por cento, cada operário virá a ter um "lucro" de 100 escudos por ano. Quer dizer: Negam-se aumentos de salários de 10 escudos por dia exigidos pelos operários recentemente procura-se (conforme diz a CUF), a "estíma, compreensão, colaboração ativa e leal" dos trabalhadores, e no fim do ano dá-se uma gratificação "inferior a um aumento de salários de 5 tostões por dia. Eis a aplicação prática do "concepção cristã" dos melhos da CUF.

O processo nada tem de novo. De vez em quando, alguns grandes ou pequenos patrões mais "modernos", logo apoiados pela propaganda fascista, fazem gr. r. o disco da "audaciosa experiência social". Quem se não lembra que há tempos o grande Banco de Fomento, inscreveu nos Estatutos que 3% dos lucros líquidos, podendo tomar a forma de "títulos de trabalho" serão destinados aos empregados, "atendendo aos bons serviços e méritos"? Quem não sabe que, nas pequenas letteras e pastelarias, é costume dar aos empregados a fictícia qualidade de "sócios" para os subtrair aos horários de trabalho? E há oito anos, quanto barulho se não fez à volta da Sociedade de Moagem e Panificação do Norte Ltda. que, tendo um capital de 4.200 contos, deu a diversos operários e encarregados quotas no total de 27 contos, procurando pô-los a trabalhar e a fazer trabalhar os outros como forçados, a troco de mísera gratificação totalizando uns 2 contos anuais. E será menos brilhante o exemplo da Empresa de Camionetas Boa Viagem, Ltda. que teve o desplante de anunciar que deu aos empregados quotas de 50, 20 e 10 escudos, o que talvez tenha representado, para os operários tornados "sócios", brilhantes lucros anuais de dez tostões por cabeça? Não se pode dizer que a CUF apesar de ser (como se intitula) "a maior organização industrial da Península" e "a quinta da Europa" vá muito além em generosidade. Que se esfalem os operários ao serviço da "sua" empresa. Que vão recebendo cada ano uma pequena e cínica esmola. Ao fim de 30 ou 40 anos de serem explorados, se antes não forem despedidos por velhos e incapazes como sucede a muitos espera-se nova e grande recompensa, material e moral, como homenagem pública nos jornais. Pois não vimos já a Associação Industrial Portuense "premiar" espalhafatosamente uma operária com 36 anos de "assiduidade ao serviço" com a estimulante quantia de mil escudos, ou seja o correspondente a 28 escudos por ano de trabalho incansável?

A participação dos operários no capital e nos lucros das empresas é apenas uma forma de obter uma maior intensidade de trabalho e de tentar afastar os trabalhadores do caminho da luta pelos seus interesses. A "racionalização", as "campanhas de produtividade", a "reor-

ganização" e concentração industrial trazem consigo o desemprego. Com a industrialização, a "modernização" das indústrias, a concentração, modifica-se a composição orgânica do capital, pesando cada vez mais o capital constante (máquinas, instalações, matérias-primas, etc.) e diminuindo nuns casos relativamente, noutros casos em absoluto, o capital variável (força do trabalho).

A questão não é entretanto tão simples como pode parecer. Como já se mostrou, a composição orgânica do capital é relativamente elevada no nosso país. No conjunto de 26 dos principais ramos industriais, sobe a 6,5, isto é, 1,6 valor da mercadoria, a cada 86,6 contos de capital constante correspondem 13,4 contos de capital variável. Como também já se mostrou esta elevada composição orgânica não é tanto um sintoma do peso crescente dos ramos com técnica moderna e custosa maquinaria, como do peso dos ramos preparadores de matérias-primas. Isto significa que, na medida em que se desenvolvem ramos modernos da indústria e perdem as suas posições os ramos preparadores de matérias-primas, pode descer, no conjunto do país, a composição orgânica do capital. Daqui, assim como da procura de mão de obra resultantes do desenvolvimento industrial, resultam necessariamente oscilações e irregularidades na evolução de grau da exploração, das taxas de lucro e de desemprego.

Entretanto, dado que os ramos preparadores de matérias-primas perdem dia a dia a sua importância, dados os elevados investimentos que exigem os novos ramos da indústria, dada a tendência para a "modernização", aumenta cada dia mais, em todos os ramos da indústria existente, a composição orgânica do capital e esta aparece desde início mais elevada nos novos ramos.

E' evidente que os novos capitais acumulados, com a sua nova composição orgânica, chamam a si um número cada vez menor de operários relativamente à sua grandeza e os antigos capitais repelem um número cada vez maior de operários a que dantes davam trabalho. A "reorganização" e a "modernização" industrial significam o emprego de maquinaria mais moderna e o despedimento de numerosos operários. A automatização da "Tabaqueira" originou 200 despedimentos. E uma simples britadeira mecânica torna possível substituição de 100 operários por um só.

O aumento da intensidade do trabalho traz também consigo a dispensa de força de trabalho. Com a mira dos capitalistas pagarem salários cada vez mais baixos, homens são despedidos porque se empregam mulheres e estas são despedidas porque se empregam crianças.

Em Portugal, em muitos ramos industriais, um número elevado de operários contratados hoje, despedidos amanhã, despedidos num lado, contratados noutro, hoje uns, amanhã outros, são condenados ao desemprego. Mesmo entre o chamado "pessoal permanente" só na produção da electricidade são garantidos 300 dias de trabalho. Nos algodões, cimentos, minas, papel, tabaco são apenas assegurados de 270 a 300 dias. Na cerveja, lanifícios, vidro, cerâmica, fosforos e moagem, são apenas assegurados de 250 a 270 dias. Nas conservas, curtumes e chapéus não chegam a ser assegurados 230 dias de trabalho.

Mas, além do "pessoal permanente", existe o chamado "pessoal adventício", ou seja, desempregados com trabalho temporário. O pessoal adventício não chega a ter na generalidade 200 dias de trabalho anuais. Tem apenas de 100 a 150 nas minas, conservas, moagem, lanifício, cerâmica, curtumes e vidros, e menos de 100 dias no tabaco, laticínios, cortiça e confeitaria.

Com a "reorganização", a concentração e a "modernização" da indústria e com a crise que atinge alguns ramos industriais, encerram-

A Realidade Angolana e o Movimento de Libertação

AMÉRICO BOAVIDA (Conclusão do número anterior)

Mas em Luanda durante o mesmo período, 1954-1963, o custo de vida aumentou de 408 para 460 — facto que se explica, dado o influxo dos colonos do interior do país para as regiões de "mais segurança", e em consequência da vinda maciça de novos contingentes militares... e das suas famílias.

Por outro lado, e apesar do sistema preferencial da zona "escudo" (os portugueses criaram, em 1962, um mercado comum da zona escudo), a moeda — escudo angolano — sofre de uma desvalorização progressiva. Com efeito, o escudo angolano não vale, no "metropole", mais de 25 a 30 por cento do escudo português, oficialmente. As transferências para Portugal são cada dia mais difíceis, quase impossíveis, para os pequenos colonos e para a pequena burguesia de sociedade colonial.

Só em Luanda, onde a administração colonial já não consegue aborver o número crescente de soldados do exército colonialista "libertos" do serviço militar, nem os pequenos colonos civis que abandonam os Colónatos de Povoamento Branco nos campos (vale do Cuanza-Bengo, Cela, Cunene) — há mais de dez mil desempregados, entre uma população europeia de 150.000 a 180.000 habitantes. E... os vendedores ambulantes, os engraxadores, os "besugos" (3), começaram a aparecer nas grandes cidades. Heresia impossível de admitir alguns anos atrás!!!

Enfim, a psicose de "salvaguardar a protecção da população europeia" nas cidades, desvenda a toda a população a força real dos Movimentos políticos, e especialmente a acção político-militar do MPLA junto das massas africanas.

A capital encontra-se cercada de uma protecção de arame farpado, e de postos de vigia militar, de 250 a 250 metros. E, paralelamente, ao arame farpado a cidade está rodeada por uma auto-estrada militar, patrulhada permanentemente, por jeeps do exército. Todas as mercadorias e todas as pessoas — sejam quem forem — que entrem ou saiam da cidade, são minuciosamente revistadas.

A "cidade" é interdita aos "indígenas" depois das 9 horas da noite. A SOLIDARIEDADE DOS PAÍSES AFRICANOS PARA COM OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO

Os Movimentos de Libertação Nacional das colónias portuguesas vêm beneficiando da solidariedade dos países africanos. Apesar das inúmeras dificuldades com que lutam a maior parte deles, os países africanos, qualquer que seja a sua opção política, ajudam resolutamente, na medida das suas possibilidades, a luta heroica dos povos das colónias portuguesas.

Seja através do seu Organismo Supremo — a Organização da Unidade Africana (OUA) — seja através de tomadas de posição unilaterais, os países africanos têm tido uma acção positiva no sentido de acelerar a libertação dos territórios sob dominação colonial portuguesa.

Se cada dia novas fábricas são despedidos numerosos operários que engrossam as fileiras dos desempregados. Há ramos industriais (cortiças, lanifícios e outros) que vivem longos períodos num regime de 3 a 5 dias de trabalho semanal.

Em média, nos últimos anos, os operários portugueses têm tido anualmente menos de 250 dias de trabalho, o que corresponde a cerca de dois meses de desemprego.

Nos campos, o desemprego toma aspectos cada vez mais graves. Com a mecanização da agricultura, particularmente o uso de tractores, ceifeiras e debulhadoras, com a monda química e outros processos técnicos centenas de milhares de assalariados rurais são lançados cada ano para o desemprego durante uma boa parte do ano. Em algumas regiões, o período de desemprego estende-se por 6 meses e mais. Muitos dirigem-se para as cidades em busca de trabalho, mas, como o desenvolvimento industrial não absorve a mão-de-obra disponível, aumenta por essa forma também na indústria o número de desempregados.

Devemos, porém, render uma homenagem especial a certos Organismos e a dois ou três Governos africanos que são mais consequentes na sua ajuda política e material aos movimentos e partidos políticos que lutam para libertar o último bastião do colonialismo em África.

Assim por exemplo, o Comité de Coordenação para a Libertação da África, reunido em sessão extraordinária em Dar-Es-Salaam, de 24 a 25 de Novembro de 1964, decidiu conceder uma ajuda técnica e material ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), apesar de todas as manobras imperialistas.

A República do Congo (Brazzaville) rompeu as relações diplomáticas, com Portugal, no mês de Agosto passado. Ruptura que inclui a interdição de sobrevoar o espaço aéreo congolês, aos aviões portugueses; a interdição aos barcos portugueses de entrarem nas águas ou nos portos congolêses; a proibição de importação de mercadorias de origem portuguesa; etc., etc.

Desejamos focar ainda aqui, uma contribuição não menos positiva dada ao desenvolvimento da luta das colónias portuguesas: a solidariedade de todas as forças progressistas do mundo.

NA AFRICA CENTRAL
A contra-ofensiva neo-colonialista faz-se sentir especialmente através da acção imperialista na África austral. As potências que têm interesses económicos nesta região do mundo, e os governos das minorias europeias da Rodésia, da União Sul-Africana e de Portugal (através de Moçambique e Angola) reuniram-se numa frente única contra os Movimentos de Libertação não só em ANGOLA, mas também em Moçambique, na Rodésia e no Sudoeste Africano.

A Bélgica concedeu ao Primeiro Ministro da sua antiga colónia, como ajuda não reembolsável, a soma anual de cerca de US 16 milhões (dólares)! A União Mineira do Alto Katanga deu ao Ex-Primeiro Ministro do Governo de Leopoldville um cheque no montante de 92 milhões de francos belgas "respeitantes aos dividendos desta Sociedade até ao mês de Outubro de 1964"; etc.

Em Johannesburg, foi constituído o Banco de Lisboa e África do Sul, com capitais sul-africanos, portugueses e rodésianos, no montante de 2 milhões de rendos, e tendo como accionistas o Banco Nacional Ultramarino (B.N.U.) de Lisboa, o Banco de Angola, o Banco Comercial de Angola e a General Mining & Finance Corporation U.S.A.

A POLITICA RACIAL DOS GOVERNOS DAS MINORIAS EUROPEIAS

A contra-ofensiva neo-colonialista encoraja a política de nervose racista dos Governos das minorias europeias da África austral. Segundo o Jornal americano "U. S. News & World Report" — "O homem branco está quase a ganhar a batalha para a manutenção da sua supremacia ao sul do continente africano; os governos brancos do sul deste continente estão cerrando fileiras; eles ignoram as críticas das Nações Unidas ou outros quaisquer. Por exemplo, a África do Sul assinou um acordo de ajuda mútua com Portugal, no que respeita aos investimentos e aumentou a ajuda financeira à Rodésia".

O Governo da Rodésia por seu lado, está firmemente resolvido a adoptar novas medidas de coacção contra os africanos, como resposta à vaga de indignação provocada pela sua declaração unilateral de independência. Entre estas medidas "cujos detalhes não podem ser revelados sob pena de prejudicar o interesse nacional, — poderia figurar a expulsão do território rodésiano de meio milhão de africanos". E procura intensificar a imigração europeia, de modo a aumentar a população branca do país até um milhão de habitantes no prazo de dez anos — segundo as declarações feitas pelo ministro da imigração, em Maio de 1964, em Salisbury. Porque declarou ainda o Primeiro Ministro Sul-Rodésiano, "a nossa porção é igual à da África do Sul... Nós somos uma pequena parcela do mesmo conjunto".

A política "multirracial" portuguesa nos territórios sob sua dominação na África austral, não é menos racista. Após cinco séculos de "missão civilizadora em Angola, somente 0,49 por cento de "assimilados" usufruem dos privilégios e dos direitos que lhes concede uma legislação que é caracterizada "pelas práticas mais repugnantes do "apartheid".

CONCLUSÃO

E' pois evidente, que o Movimento de Libertação Nacional em ANGOLA tem que enfrentar, não um colonizador, mas um grupo de colonizadores. ANGOLA sofre, na realidade, a acção de um colonialismo colectivo.

Esta coligação tem facilitado ao Governo português a sua manutenção em ANGOLA. No entanto, os "direitos" adquiridos em ANGOLA pelos aliados de Portugal, colocam-os, na fase actual, em contradição com o próprio sistema colonial português.

Com efeito, os interesses económicos e financeiros destes países em ANGOLA, exigem o estabelecimento de relações novas para a efectivação das quais é indispensável um clima de tranquilidade que — como acabamos de demonstrar — as autoridades portuguesas já não estão à altura de assegurar.

Eles vêem-se portanto na necessidade, de boa ou má vontade, de entrar em diálogo com o Movimento de Libertação Nacional.

... Um só factor, retardar, porém, este diálogo: a desunião do nacionalismo angolano.

(3) Designação popular dos "metropolitanos" recém-chegados, dada pelos antigos colonos.

PINTORES BRASILEIROS NA CAMPANHA DA AMNISTIA

Em 1962, de acordo com o Comité Francês para a Amnistia, a Comissão Brasileira fez um apelo aos artistas brasileiros no sentido de oferecerem obras para uma exposição de quadros a realizar em Paris por ocasião da Conferência Europeia Pro-Amnistia aos Presos e Exilados Políticos e cujo produto se destinaria a ajudar ao custeio das despesas daquela iniciativa.

Os pintores brasileiros, principalmente os paulistas, corresponderam como sempre e, com aquele objectivo, reuniram-se umas três dezenas de trabalhos, muitos deles de alto nível artístico, que chegaram a estar embalados e prontos a ser embarcados para Paris. Entretanto, o Comité Francês, por dificuldades surgidas em Paris com a organização do projectado certame pediu que o envio dos quadros fosse suspenso sine die.

Presentemente, havendo uma premente necessidade de fundos para auxílio aos presos políticos, a Comissão Brasileira para a Amnistia e as organizações democráticas portuguesas do Brasil decidiram, de comum acordo, promover a venda dos quadros em questão e enviar as somas obtidas à escritora Sophia de Mello Breyner Andersen, presidente da Comissão Nacional da Amnistia, com sede em Lisboa. Ao tomar essa resolução, os responsáveis fizeram-na na certeza de que, sendo a finalidade humanitária a mesma, os artistas brasileiros que tão generosamente ofereceram as suas obras seriam os primeiros a apoiá-la.

AVELINO CUNHAL

Faleceu em Lisboa, no passado mês de fevereiro, o conhecido democrata dr. Avelino Cunhal, professor, advogado e escritor, com larga colaboração publicada na rev. "Seara Nova" e "Vertice". Avelino Cunhal era pai de Alvaro Cunhal, secretário geral do Partido Comunista Português.

O seu funeral constituiu uma grande manifestação de pesar a qual compareceram dezenas de individualidades de destaque na vida política portuguesa particularmente juristas e intelectuais.

Nolas e comentários

SUBMISSÃO COMPLETA AO IMPERIALISMO

Em troca da ajuda que as grandes potências imperialistas têm prestado tanto no que concerne à sua política interna como à luta contra os povos das colónias, Salazar não pára nas concessões aos seus «beneficiários». Há ainda pessoas ingénuas que se deixam embair pelo palavreado oficial a respeito dos «investimentos estrangeiros». Mas a grande maioria dos portugueses não tem já ilusões acerca do significado da «atração» dos capitais estrangeiros. Aquilo a que se assiste aceleradamente é a uma rendição incondicional da economia portuguesa. Todos os grupos monopolistas portugueses se associam cada vez mais intimamente com o imperialismo estrangeiro cuja posição se tornou já dominante. Vejamos, por exemplo, o caso mais recente: a última «iniciativa» da CUF, o maior monopólio da Península que se acha ligado a alguns dos mais importantes monopólios norte-americanos e europeus. Pois bem, prosseguindo nessa orientação anti-nacional, acaba de se associar à Ludlow Corporation norte-americana na fábrica de tecidos de Juta; aos monopólios internacionais do petróleo nas refinarias do Norte, na expansão da frota petroléira, na Petroquímica e nos Nitratos; a um consórcio internacional para a construção da fábrica da UFA em Barra-a-Barra; a holandeses, suecos e ingleses na Sociedade Lisnave na construção dos novos estaleiros da Margueira; e, por último, ao grupo sueco Billerand na grande fábrica de celulose de Leirosa. Para que se faça uma ideia do tipo de controle que os portugueses terão sobre esses empreendimentos «nacionais», basta citar o caso da fábrica de Leirosa, onde a direção de Estocolmo já anunciou que 90% do capital a investir não será de proveniência portuguesa... Por outro lado, nos estaleiros da Lisnave que o fascismo, inclusive através da imprensa brasileira, vem apresentando como uma realização da técnica e do capital português — embora coadjuvados pelo estrangeiro — o próprio José Manuel de Melo confessou já publicamente que 70% do investimento a realizar será obtido no Exterior.

Perde o tempo o fascismo ao querer tapar o sol com a sua peneira furada. Portugal está-se convertendo rapidamente numa colónia. Quem governa hoje o País, por intermédio de Salazar, são já os monopólios e oligopólios internacionais.

REFORMA OU MISÉRIA?

Em Portugal, país onde a Assistência se limita às fórmulas da propaganda oficial e o futuro do trabalhador não constitui preocupação para os patrões, algumas grandes empresas começaram súbitamente a dar mostras de um interesse suspeito por esses graves problemas. Conhecidas as características do regime e do patronato português, esse interesse não poderia deixar de se ligar a fins escusos. E assim é, efectivamente.

A CUF comanda o movimento. Está a família Mello obcecada pela ideia de reformar todos os seus empregados de serviços braçais, com mais de 50 anos. Na medida em que não representam uma força de trabalho tão produtiva, querem ver-se livres deles quanto antes e com o menor encargo possível. E em que condições os pretendem forçar à reforma!

Um por um, todos os operários que ultrapassaram essa idade são chamados à administração e, depois de submetidos a uma junta médica, são convidados a pedir a reforma. Começam então negociações penosas, pois as vítimas da manobra sabem que a sua situação seria ainda pior se recusassem pura e simplesmente o diálogo. A maioria dos operários pede um conto de reforma — embora salientando que prefere continuar em actividade. Mas essa opção não lhes é deixada. Os analfabetos, então, recebem logo a informação de que o seu destino já foi decidido e que uma atitude intransigente só pode prejudicá-los... Por último, a empresa faz a sua proposta: geralmente à volta dos oitocentos escudos mensais, sendo raros os casos de novecentos, para trabalhadores com mais de 20 anos de casa. E o operário não tem saída: quer queira quer não, a reforma acaba por lhe ser imposta. Só lhe resta, depois, andar de fábrica em fábrica, mendigando outro emprego a preço vil, para evitar que a família morra de fome...

Esta é a política social do maior monopólio do Portugal fascista de Salazar — uma política que os demais se apressam a imitar!

CONTRA O PERIGO ATÓMICO

A queda de um avião norte-americano na costa mediterrânica espanhola, próximo da aldeia de Palomares, veio chamar novamente a atenção de centenas de milhões de homens em todo o mundo para o perigo atómico que ameaça a humanidade. Esse avião transportava artefactos nucleares e em condições tais que as próprias autoridades se viram obrigadas a dar o alarme, confessando que o provável funcionamento de determinado mecanismo de uma das bombas «H» desaparecidas libertaria radioactividade suficiente para contaminar as águas de ampla zona do Mediterrâneo e pôr em risco as vidas dos habitantes de uma extensa faixa do sudeste da Espanha.

Até hoje nenhum desses engenhos de morte foi recuperado e as populações da região em volta de Palomares continuam vivendo horas de indisciplinável angústia. Com receio da radioactividade, os pescadores locais não saem mais para o mar e as colheitas foram abandonadas ou destruídas pelos próprios americanos, como medida de precaução. De pacata aldeia, Palomares transformou-se em poucas semanas num lugar isolado do resto do planeta onde todos se sentem ameaçados pela morte.

Palomares vale por um aviso. A Espanha, Portugal, a Europa sentiram o perigo. Em Madrid, apesar das medidas excepcionais tomadas pelo aparelho de repressão franquista,

houve manifestações de estudantes e operários. E os protestos contra a entrega da soberania nacional aos Estados Unidos estenderam-se à Espanha inteira.

Os democratas portugueses, todo o povo de Portugal, emprestam neste momento irrestrita solidariedade à nação irmã. O que acaba de acontecer agora em Palomares repetir-se-á amanhã nas imediações de qualquer base norte-americana nos Açores ou no continente português. A campanha contra a existência das bases militares estrangeiras em Espanha e Portugal é comum a toda a Humanidade, ameaçada de extermínio, a luta pelo desarmamento e pela Paz contra o perigo atómico.

Só a liquidação dos fascismos ibéricos permitirá a política democrática e nacional capaz de evitar a repetição de novos Palomares. E só a unidade actualante de todas as forças democráticas conduzirá à derrubada dos dois ditadores que em ambos os países são símbolos da opressão fascista.

No momento em que milhões de homens em todo o mundo protestam contra a ameaça que as armas atómicas representam para a sobrevivência da humanidade, a palavra de ordem em Portugal é a intensificação da luta contra as bases estrangeiras: **FÓRA COM OS INGLESES DO MONTLJO! FÓRA COM OS ALEMÃES DE BEJA! FÓRA COM OS AMERICANOS DOS AÇORES!**

O PLANO INTERCALAR DE FOMENTO

Já nos referimos aqui ao Plano Intercalar de Fomento, acentuando que se trata de uma verdadeira Carta de desenvolvimento monopolista. Salazar perdeu os restos do pudor hipócrita de antes. Agora não esconde mais que o fascismo é hoje um instrumento servil dos monopólios e oligopólios internacionais.

O objetivo do Plano é levar os grandes grupos monopolistas a absorver ou aniquilar as pequenas e médias empresas. A centralização tornou-se no Portugal de Salazar um imperativo «patriótico» segundo a fórmula do regime. Para justificá-la, fala-se da necessidade de criar unidades fabris de dimensões adequadas e, consequentemente, de uma dimensão mínima, eufemismo que condensa o desaparecimento centenas de pequenas unidades fabris. As pequenas empresas são acusadas de responsáveis pela concorrência desregrada e de causadoras de condições defeituosas de comercialização. A culpa pelo aviltamento dos preços também lhes é imputada. Outro «crime» das pequenas empresas é o de trabalharem apenas para o mercado interno, impedindo a produção em massa pela «grande diversidade de gamas de fabrico»...

A ofensiva dos monopólios conta com a colaboração da imprensa, da rádio e da televisão fascistas, para não falarmos já da ajuda que lhe dão os próprios ministros com os seus despachos, discursos e iniciativas de toda a ordem. O resultado dessa campanha é desastroso para o povo português. Não há praticamente um dia em que os jornais não noticiem novas fusões, novas absorções. A pequena indústria desaparece rapidamente, caindo sob a dominação directa dos grandes monopólios.

POLITICA AGRARIA FASCISTA

As consequências do Plano Intercalar no setor agrícola não são menos calamitosas. A política fascista tende a apressar o ritmo do desenvolvimento nos campos, favorecendo as grandes explorações através da liquidação das pequenas. Outro objetivo é a manutenção de um numeroso exército de desempregados cuja existência impedirá a alta dos salários.

A redução da população agrícola activa foi minuciosamente prevista. Segundo a «planificação» oficial, a diminuição média anual dessa população, que foi de 8.200 pessoas no decénio 1950/60, deverá ser de 23.800 pessoas de 1965 a 1967, e acentuar-se entre 1968 e 1970 para atingir uma média anual de... 40.800. Em 1973, a diminuição será de 52.000 pessoas por ano. Em outras palavras: o governo fascista não se poupará a esforços para reduzir de 360.000 pessoas a população agrícola portuguesa em apenas nove anos.

Também aqui o fascismo arancou a máscara. Durante anos a fio, Salazar ocultou os seus verdadeiros designios, discurrendo demagógicamente sobre a proteção à «exploração familiar». A linguagem usada era tão diferente. Os planos de colonização e o emparcelamento tendiam, segundo os porta-vozes do homem de São Bento, a criar condições favoráveis ao desenvolvimento da «exploração familiar». Na realidade, o que se pretendia era defender os inte-

resses dos latifundiários e o desenvolvimento das grandes explorações capitalistas. Agora tudo se tornou claro. Os pequenos proprietários rurais percebem que o governo planejou a sua ruína e os camponeses sem terra do Sul dão-se conta de que as condições de exploração do trabalho se agravarão sensivelmente. Hoje fala-se da «dimensão adequada» e de propriedades aptas a corresponder «às exigências que se impõem à agricultura moderna». A bom entendedor...

Mas não fica por aí a nova política agrícola fascista. A palavra de ordem passou a ser «produzir pra exportar». O «slogan», traduzido em miúdos, significa o abandono de uma agricultura voltada para o consumo nacional. As culturas cerealiíferas vão ser sacrificadas, particularmente a do trigo, base da alimentação do povo. Os planos de «reconversão agrícola» no sul visam a liquidar a pequena produção cerealiífera, a alargar mais à sua custa as superfícies florestais e a desenvolver as grandes explorações capitalistas. As novas áreas de regadio a criar não visam a satisfação das necessidades internas, mas tão somente a produzir mercadorias exportáveis. Apesar da dieta alimentar do povo português ser a mais pobre da Europa, Salazar prepara-se para reduzir drasticamente a produção de trigo em benefício de culturas destinadas... à exportação.

Desemprego, baixos salários, falta de géneros e carestia — eis as perspectivas da nova política agrícola do fascismo.

A LUTA DOS ESTUDANTES

A Rádio Portugal Livre continua a dedicar particular atenção à luta dos estudantes portugueses em defesa dos seus direitos associativos. Temos, de resto, informações de que é cada vez mais considerável o número de jovens universitários que ouvem o programa daquela emissora patriótica. Ultimamente, comentando a posse do novo reitor da Universidade de Lisboa, José Sarmento, RPL radiodifundiu um comunicado que lhe foi enviado por estudantes democráticos portugueses e do qual reproduzimos a parte final:

«O que podemos afirmar ao novo reitor é que a juventude universitária portuguesa está na sua grande maioria em oposição a ele, pelo que ele representa e simboliza: a autoridade fascista dentro duma Universidade em que não são respeitadas as mais elementares normas de liberdade associativa, em que os estudantes são presos e torturados selvaticamente, são expulsos de uma Universidade que essencialmente só a eles pertence, não são salvaguardados os interesses estudantis no que respeita a uma verdadeira ajuda material: ampliando o ingresso universitário aos filhos das massas trabalhadoras.

Queremos ainda acrescentar, que nós também não esquecemos nem nunca esqueceremos que «a nossa generosa mocidade está derramando o seu sangue «na defesa» das colónias. Não esqueceremos nem esqueceremos que é devido a esse sangue derramado que meia dúzia de pançudos fascistas estão enchendo o seu cofre vendendo Portugal ao estrangeiro. Não esqueceremos que quem defende esses ideais contrários a toda e qualquer moral, quer seja católico ou marxista não pode ser digno duma Universidade, mas sim o representante de uma quadrilha de ladrões e assassinos.

Sabemos, porém, que a nossa juventude não acredita nessas palavras ocas e demagógicas, palavras proferidas por quem fala mas também não acredita no que diz. E contudo, tudo isto se passou no acto de posse do novo reitor José Sarmento e em que as afirmações do actual como do ex-reitor Paulo Cunha são bem próprias destes indivíduos, intransigentes defensores duma civilização dita «cristã e ocidental» e portanto lídimos representantes da cultura

oficial portuguesa. E enquanto estes indivíduos — no Portugal de Salazar — podem dispor do seu tempo fazendo discursos oficiais e desmiolados, os verdadeiros intelectuais portugueses vêm destruída e censurada pelo governo a sua actividade criadora, de investigação e de ensino. Tal foi o caso da extinção da Sociedade Portuguesa de Escritores, tal é o caso de todo e qualquer intelectual que queira ser um profissional honesto e conhecedor na esfera do magistério ou da investigação científica.

A última prova, da oposição contra o poder fascista, dada pela juventude universitária portuguesa, é a esmagadora vitória da massa democrática estudantil quando das recentes eleições para as direcções das Associações Académicas. As autoridades académicas poderão continuar eternamente a repetir, como um disco partido, «que a grande massa dos estudantes soube compreender e distinguir» nós até vamos mais longe ao assegurar que nisto essas autoridades têm razão! É verdade! A «massa generosa da juventude portuguesa» soube distinguir e soube escolher os seus dirigentes.

E' a essa juventude, consciente e firme nos seus propósitos contra o obscurantismo que a queremos condicionar, que nós enviamos uma mensagem de simpatia e solidariedade, pela sua luta que é a de todos os portugueses anti-fascistas — por um Portugal livre democrático e jovem.»

**OUÇA A RADIO
PORTUGAL LIVRE**

(hora de Portugal)

Diariamente das 8 às 8,30 em 50 metros; das 20 às 20,30 e das 22,13 às 22,45 em 32 metros; e das 24,30 às 0,50 em 36,40 e 43 metros. Aos domingos das 13 às 13,30 em 19,20 25 e 26 metros.

**UMA EMISSORA A
SERVIÇO DO POVO
PORTUGUÊS**

A Justiça Espanhola Confirma: A P.I.D.E. Assassinou Delgado

O mistério do assassinio de Humberto Delgado que o governo de Salazar e os diversionistas a seu serviço procuraram por todos os meios obscurecer, acaba finalmente de ser desvendado. A justiça espanhola e a polícia de Franco, rompendo os laços de fraternidade que sempre as ligaram à justiça e à polícia de Salazar, revelaram ao mundo as conclusões a que chegaram, exatamente um ano depois do crime hediondo e essas conclusões são a mais formal acusação aos esbirros que vêm mantendo de pé o fascismo no nosso país. O juiz de instrução de Madrid, José Maria Crespo Marquez expediu oito mandatos de prisão, quatro contra portugueses e quatro contra pessoas que utilizaram passaportes estrangeiros, todos presumivelmente pertencentes à PIDE ou seus auxiliares; os quatro de nome português são Mário de Carvalho, que reside em Roma, Ernesto de Castro Souza, que moraria na Rua do Alecrim, em Lisboa, Felipe Garcia Tavares, apresentado aos agentes fronteiriços espanhóis pelo seu colega da PIDE como sendo "Comissário da polícia em Angola" e Roberto Barral (possivelmente uma identidade falsa); os quatro de nome estrangeiro são o paquistanês Washdeo Kundammal Milpuri (que já declarou aos jornais ingleses que o seu passaporte lhe fora roubado pela polícia portuguesa), o italiano Ernesto Maria Bisogno, e dois norte-africanos, Hazan Guy e Isaac Benezet.

A CILADA

Diz como segundo o advogado espanhol Jaime Cartezo, se passaram os acontecimentos que precederam a morte de Delgado: "Em fins de 1964, reuniram-se em Paris, com o general Humberto Delgado os cidadãos portugueses Professor Emídio Guerreiro, Cerqueira, que mora em Rabat, Ernesto de Castro Souza, que veio de Lisboa e Mário de Carvalho que vive em Roma. Nessa reunião, foi decidido, contra o parecer do Professor Guerreiro e de Cerqueira e por instigação de Carvalho, que o general fizesse uma viagem no mês de fevereiro a Badajoz, onde devia encontrar-se com membros da oposição portuguesa e reunir-se com Carvalho e com Castro. Mário de Carvalho, por intermédio de Bisogno, médico italiano de má reputação, proporcionou um passaporte falso ao general, sob o nome de Lorenzo Ibanez. No dia 12 chegaram a Badajoz o general Delgado e a senhorita Arajarir Campos, não encontrando nenhuma das referidas pessoas, e nesse mesmo dia os srs. Isaac e Benezet também chegaram ao hotel com dois amigos sem identificação, ambos de aspecto norte-africano, mantendo na entrada do hotel uma conversação confidencial com o general Delgado. Estes senhores saíram dia 13 do hotel mas dormiram dia 14 em Badajoz, na pensão Las Negras e são provavelmente os que na noite do dia 13 roubaram a bagagem de Delgado.

O general e sua secretária decidem na manhã do dia 13, pelo fato de que não chegassem nem Carvalho nem Castro, dirigir-se a Sevilha. Mas algo ocorreu na manhã do dia 13 que fez o general pensar que o encontro não falharia. Imediatamente escreveu de Badajoz uma carta ao Professor Guerreiro, na qual dizia: "Querida amiga; Creio que finalmente chegamos ao assunto e não sei quando regressarei-a) Deolinda" que era o pseudónimo usado por Delgado.

Na própria manhã do dia 13, em dois automóveis, um Opel e um Renault, acompanhados pelo chefe da polícia do posto fronteiriço português de São Leonardo, entraram em Espanha Felipe Garcia Tavares, Ernesto de Castro Souza, Roberto Yurruza Barral e Washdeo Milpuri, este último com passaporte britânico. O chefe da polícia portuguesa apresentou Felipe Tavares como um comissário de polícia de Angola que ia com uns amigos em excursão a

Sevilha. A documentação destas quatro pessoas, bem como a chapa dos carros e a sua documentação eram, como ficou provado mais tarde, falsas. É curioso o fato que o sr. Kandammal Milpuri, que vive em Jersey, na Inglaterra, tenha afirmado à polícia portuguesa que esta perdeu o seu passaporte, nos próprios escritórios de Lisboa, quando o entregou para que seu visto fosse prorrogado. As autoridades espanholas pediram à polícia portuguesa que esclareça quem são estas pessoas mas até ao momento como consta do processo "não há nenhum resultado positivo sobre tal investigação. "Estas mesmas pessoas cruzaram, na manhã do dia 14, outra vez a fronteira em direção a Portugal pelo posto de Rosal de la Frontera (Huelva)."

O CRIME

No próprio dia 13 de fevereiro o General Delgado entrou em contacto com Castro Souza e os outros agentes da PIDE, que julgava seus correligionários, e com os quais se dirigiu a Olivença, que fica mais ou menos a 25 quilómetros de Badajoz. Foi nessa localidade, por volta das 3 horas da tarde, num local isolado perto da fronteira, que segundo as autoridades espanholas ocorreu o crime. Ao perceber que caíra numa armadilha, Delgado deve ter-se defendido, pois encontraram-se os cartuchos das balas disparadas pelo General. Os agentes da PIDE assassinaram-no neste lugar e depois trouxeram o corpo de automóvel até um pequeno bosque em Villanueva del Fresno, onde se encontrava a secretária Arajarir Campos, que mataram, também para não restarem testemunhas. Depois, enterraram os dois corpos à pressa e voltaram a Portugal. Pensa-se que o polícia Castro Souza tenha morrido, talvez em consequência da valente defesa de Delgado, pois o automóvel da PIDE só trouxe três pessoas de regresso a Portugal e, por outro lado mais tarde descobriu-se um corpo flutuando no Guadiana, que se presume seja o seu.

PEDIDA A PRISÃO DOS IMPLICADOS DIRETOS

Em consequência do mandato do juiz de instrução espanhol Crespo Marquez, o juiz romano ficou fascinado já interrogou Mário de Carvalho, que é um dos principais acusados. Este maricano, que vive em Roma há anos, e que é completamente desconhecido nos meios da Oposição portuguesa confirma que foi um dos que convenceu o General a apresentar-se ao encontro sinistro de Badajoz, e para se desculpou pelo fato de ele próprio não ter ido a esse encontro, apresenta uma série de razões suspeitas; o aeroporto de Roma estaria impedido pela neve nesse dia e os navios que partem do porto de Génova não chegariam a tempo... A oposição portuguesa, em Lisboa, depois de confirmar que Carvalho nunca fez parte dos quadros oposicionistas, revelou que ele foi durante algum tempo correspondente na Itália do diário lisboeta "Republica", trabalho que se oferecera para fazer gratuitamente e que lhe permitiria apresentar-se como membro da oposição. O advogado português Mário Soares, que fez esta revelação, afirmou depois: "Logo após a descoberta dos cadáveres de Delgado e Arajarir em Villanueva del Fresno, Mário de Carvalho, a exemplo do capitão Henrique Galvão, deu entrevistas a vários jornais e agências, acusando os comunistas do crime. As declarações de Carvalho e Galvão foram divulgadas com amplo destaque pela imprensa portuguesa por ordem direta dos Serviços de Censura à imprensa". Finalmente as esferas oposicionistas lisboetas declararam ter provas de que Ernesto Maria Bisogno, o médico italiano que a polícia espanhola considera implicado no crime, mentiu quando afirmou nunca ter estado em Portugal: al-

guns dias depois do assassinio, quando este ainda não era conhecido, Bisogno esteve na redação do jornal "Republica" e, apresentando-se como amigo de Carvalho, perguntou ao diretor do periódico quais as últimas notícias sobre o general. Os círculos da oposição social-democrata portuguesa a que Mário Soares pertence, consideram também Henrique Cerqueira, outro dos participantes da reunião de Paris, "um agente secreto da PIDE que se iniciou junto de Delgado, a fim de conquistar-lhe a confiança e levá-lo à cilada de Badajoz."

Os advogados italianos Giuliano Vassali e Nicolao Lombardi que receberam procuração da família de Delgado para agir judicialmente em relação ao assassinio do General, estiveram no Ministério Público em Roma, onde conferenciaram com o promotor Giuseppe Vellotti. Supõe-se que trataram da instauração de processo contra Carvalho e Bisogno.

O GOVERNO DE SALAZAR NÃO RESPONDE AOS PEDIDOS DE INQUÉRITO

Recorda-se que no manifesto que lançaram à nação em outubro de 1965 os candidatos às "eleições" legislativas de 7 de novembro já haviam então corajosamente subscrito estas palavras: "O assassinio em Espanha do malogrado "general sem medo" candidato da oposição votado por 1/4 do eleitorado português (segundo os números oficiais, aliás, sempre impugnados por defeito), foi acontecimento que provocou a estupefação e o horror de todas as pessoas bem formadas e, pode dizer-se, a repulsa da consciência universal. Como se viu desde logo estava-se perante um crime político premeditado, tão odioso como o de Matteoti e o de Lumumba. O General Delgado não foi somente um homem generoso e abnegado; tornou-se para uma grande parte do país após a sua campanha, um símbolo da resistência que não cede, sejam quais forem as pressões estatais. Deveria pois interessar a toda a nação averiguar quais são as mãos e onde partiram as ordens que guiaram os covardes assassinos.

A que assistiu o país, atônito e sempre deturpadamente informado? a um amplo inquérito esclarecedor? A divulgação dos fatos apurados e a um abater de bandeiras políticas perante a enormidade do caso? Não!

Assistiu tão só à divulgação de notícias caluniosas para o Adversário desaparecido e para os seus companheiros de luta; aos cortes sistemáticos da censura em relação aos telegramas das agências que tratavam objetivamente o infame acontecimento; à prisão de alguns dos que foram os mais próximos companheiros do general durante a campanha e mais tarde pela Família, quando iam, no desempenho da sua missão, participar em Espanha em atos judiciais da investigação em curso naquele país.

Agora são as autoridades espanholas que censuram a justiça de Salazar a ocultação da verdade. O juiz espanhol afirma textualmente: "Até ao momento não há nenhum resultado positivo sobre tal investigação" (a que foi solicitada oficialmente sobre as pessoas que atravessaram a fronteira com Castro Souza). Um dos advogados espanhóis, o dr. Cortezo, ressalta: "A passividade da polícia portuguesa para fazer uma investigação pedida já há quase nove meses é estranha, sobretudo quando se trata de um assunto em que o bom nome do Estado português está em jogo." Outro advogado, o grande jurista Mariano Robles, corrobora estas declarações, afirmando: "Quanto às supostas atividades da polícia portuguesa para encontrar os suspeitos são mais que discutíveis. No dia 1.º de maio pediu-se-lhe a colaboração para que fossem encontradas quatro pessoas que entraram na Espanha com documentação falsa e regressaram a



Portugal depois dos crimes, como também para que fossem localizados os automóveis em que realizaram a viagem. O juiz espanhol declarou nos autos do processo, no dia 11 de novembro de 1965, que até àquela data não tinha recebido uma resposta positiva.

E essa resposta, evidentemente, nunca será dada pela PIDE. O Ministério dos Negócios Estrangeiros de Salazar, depois da apresentação destas provas esmagadoras e perante tão prementes pedidos de informação e de abertura de inquérito, responde apenas, em 15 de fevereiro, de forma obstinada e cínica: "Nenhuma corporação policial portuguesa tem ou teve qualquer agente a que corresponda qualquer dos nomes indicados".

FALHOU O CRIME PERFEITO

Pela reconstituição feita pelas autoridades espanholas verifica-se que a PIDE organizou longa e cuidadosamente o assassinio de Delgado, que pretendia constituir-se um crime perfeito. Há muito tempo que agentes seus, como Castro Souza e possivelmente Carvalho e Cerqueira, se tinham infiltrado junto do General Delgado insistindo com este para que se desloca-se a fronteira de Portugal e prometendo-lhe para isso todas as facilidades e a possibilidade de contactos com importantes figuras da oposição portuguesa. Quando o general, contra a opinião dos seus amigos, caiu na armadilha, Castro Souza correu a Portugal e trouxe consigo os assassinos da PIDE. Carvalho, prudentemente, ficou em Roma. Os criminosos atravessaram a fronteira com passaportes falsos ou roubados aos seus legítimos possuidores pela própria polícia portuguesa. Executaram o trabalho combinado e nessa mesma noite voltaram a Portugal. Castro Souza deve ter morrido na retrega com o General. Tendo assassinado também a secretária, que era a única testemunha comprometida, os agentes da PIDE esfregaram as mãos de contentamento: o crime nunca seria descoberto. Esqueceram porém dois pequenos elementos, que deitaram por terra o trabalho tão cuidadosamente preparado: o primeiro,

de ordem geral, com que não contactavam, foi a "falta de solidariedade" da polícia de Franco. Pela primeira vez, desde o advento do fascismo nos dois países, essa "solidariedade" deixou de funcionar. Nesta fronteira, com a maior desenvoltura sempre os espanhóis vieram a Portugal buscar os seus suspeitos, (milhares de republicanos foram assim presos e depois fuzilados durante a guerra de Espanha) e os portugueses foram a Espanha prender os oposicionistas que para lá conseguiam escapar. Por que razão Franco decidiu, agora, quebrar essa tradição de colaboração? Várias são as possíveis respostas a esta pergunta: 1.a a forte pressão de opinião pública internacional levou Franco a não querer arcar com um crime que não cometeu; 2.a a solidariedade entre os dois fascismos ibéricos já não é tão sólida como anteriormente, devido, entre outras razões, ao problema colonial, em que o governo espanhol deixou de apoiar ostensivamente Salazar; 3.a finalmente, Franco pretende entrar no Mercado Comum Europeu, de que não participa unicamente por razões políticas, e a ocultação de um crime tão hediondo só poderia tornar mais difícil essa entrada. De qualquer forma, em consequência de uma destas razões, ou de outras que desconhecemos, a verdade é que a polícia de Franco decidiu não colaborar com a PIDE, revelando o que sabia, e transtornando assim os planos dos esbirros portugueses. O outro elemento que evitou o crime perfeito, foi a utilização do passaporte de Milpuri, pois este logo deu entrevista à imprensa inglesa, revelando que o documento lhe fora roubado pela polícia portuguesa e provando que saíra de Portugal com um visto da Embaixada da Inglaterra, por a PIDE lhe ter ficado com o passaporte.

REAÇÃO DA OPOSIÇÃO PORTUGUESA NO BRASIL

Logo que tiveram conhecimento dos fatos que acabamos de relatar, as Organizações Democráticas Portuguesas do Brasil convocaram uma entrevista coletiva, na qual foi feita a seguinte declaração:

A P.I.D.E. Desmascarada

MILITARES CONTRA A GUERRA COLONIAL

Em face de noticiário divulgado pelas agências internacionais a respeito das conclusões a que chegaram as autoridades espanholas encarregadas do processo sobre o assassinio do General Humberto Delgado, as Organizações Democráticas Portuguesas do Brasil vêm a público declarar o seguinte:

1 — A acusação formal de juiz José Maria Crespo Marques de que quatro agentes da Polícia Po-

lítica portuguesa (PIDE) foram os executantes do assassinio do General Humberto Delgado e da sua secretária brasileira, Arajarir Campos, confirma as declarações que a Oposição Democrática Portuguesa fez desde a primeira hora sobre o repugnante crime político.

2 — A atitude das autoridades judiciárias espanholas requerendo a prisão dos elementos da PIDE implicados equivale a um reconhecimento da responsabilidade directa do governo português no

crime. Efectivamente essa responsabilidade é tão clara que o General Franco, a seu pesar, se viu coagido a revelar o papel que os matadores desempenharam à ordem do seu aliado Salazar.

3 — Ficam, diante dos factos desmascarados os provocadores e agentes do fascismo que, servindo-se de todas os meios, inclusive a colaboração de certos órgãos da imprensa internacional, acusaram forças da Oposição Portuguesa de serem responsáveis pelo assassinio do General Humberto Delgado.

Nesta conformidade, os signatários.

PEDEM aos organismos brasileiros e internacionais ligados a defesa dos direitos do homem que exijam do governo do General Franco a rigorosa punição dos culpados por este crime hediondo. Saentam, entretanto desde já que a atitude hipócrita do governo de Lisboa alegando reiteradamente tudo desconhecer sobre o assassinio por ele próprio ordenado vale por uma garantia antecipada da impunidade dos criminosos, e menos que a mobilização da opinião mundial o force tirar a máscara.

INSISTEM no apelo da Oposição Democrática — que traduz uma aspiração do povo português — para que ao corpo do General Humberto Delgado seja dada sepultura em terra portuguesa, reivindicação a que as autoridades fascistas se recusam a atender.

São Paulo, 15 de fevereiro de 1966

UNIDADE DEMOCRÁTICA PORTUGUESA
CENTRO REPUBLICANO PORTUGUES
"PORTUGAL DEMOCRATICO"

IMPrensa MUNDIAL ACUSA A PIDE

As revelações feitas pela justiça espanhola tiveram uma imensa repercussão nas colunas da imprensa internacional. Desde o caso do "Santa Maria" que não se falava tanto e em termos tão pejorativos do fascismo salazarista. A ridicula nota oficiosa do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Lisboa só contribuiu para reforçar as acusações contra o governo de Salazar, agora responsável perante o mundo pelo assassinio do general Delgado, planeado pelo ditador e executado pelos seus esbirros.

Como a maioria dos grandes jornais da Europa e da America descreveu minuciosamente os factos expostos na nossa reportagem sobre o assunto, dispensamo-nos de transcrições que envolveriam repetições inúteis. Apenas pelo prestigio internacional de que gozam esses jornais, reproduzimos abaixo dois breves excertos dos longos artigos dedicados ao caso por "Le Monde", de Paris, e "The Economist", de Londres. Igualmente transcrevemos um trecho do comentário que um jornal brasileiro, "A Tribuna", de Santos, consagrou ao assunto.

LE MONDE

(...) "Os assassinos do general tinham cometido, entretanto, um grave erro: o de atravessarem a fronteira luso-espanhola num posto praticamente deserto, o de São Leonardo, não longe de Vila Nova de Fesno onde deviam ser encontrados os corpos do general e da sua secretária. Na data de 13 de Fevereiro, os registos da Alfândega só assinalam efectivamente a passagem de dois veículos: o de Sousa (matriculado em Lisboa sob o numero GD-8623; numero de chassis 86.190; numero do motor, 10173) e um Opel Rekord verde, que passou simultaneamente (tambem matriculado em Lisboa sob o numero EA 5955; numero do chassis 1/2 340444; numero do motor 17/6 514893). Quatro homens ocupavam os dois carros: o misterioso Sousa (passaporte n.º 17122) Roberto Yurrita Barral (passaporte n.º 17993), Filipe Garcia Tavares (passaporte n.º 518, emitido em Lisboa) e um homem viajando com passaporte britânico em nome de Washdeo Kundamal Milpuri, n.º 33265, emitido em Jersey).

Que se sabe destes três ultimos? Muito pouca coisa, pois a policia portuguesa se recusou a qualquer colaboração com a policia espanhola. Os funcionários do posto fronteiriço espanhol, lembram-se, contudo, que o seu colega do posto português lhes apresentou Filipe Garcia Tavares como "comissário chefe em Angola". O juiz de instrução espanhol, por outro lado, apurou que o passaporte emitido em nome de Kundamal fora roubado em Lisboa em misteriosas condições; pertencia a um paquistânês de nacionalidade britânica e foi depois utilizado por um dos assassinos.

(...) Um ano depois do assassinio do general Delgado começa-se a entrever a verdade: a responsabilidade da policia portuguesa (PIDE) no crime de Badajoz. Para as autoridades espanholas não resta dúvida que os homens vindos de Portugal no dia 13 de Fevereiro são agentes da PIDE. A atitude do governo português afirmando que são desconhecidos em Lisboa é inconvincente, quanto mais não fosse pelo facto de o passaporte de Kundamal ter desaparecido quando o fútil o havia entregue às autoridades portuguesas para obter uma prorrogação do visto de permanência. Corre também em Lisboa o boato de que o governo, conhecedor da sorte reservada ao general Delgado, te-

ria enviado uma alta autoridade espiritual da cidade para tranquilizar a que então era já a sua viuva e dar-lhe a entender que ela não tinha interesse em prosseguir com as suas diligencias. O que a senhora Delgado efectivamente fez".

(Le Monde, seleção semanal, 10-16 de Fevereiro)

A TRIBUNA

(...) "Mas terá saído dessa cooperação, entre as duas policias, dos dois governos fascistas da península, a certeza de que a PIDE participou no crime? Que raio de colaboração e essa que da em agua de barreira contra a policia portuguesa?"

Lembramo-nos, muito a propósito, do assassinio de Matteotti, nos primeiros tempos do fascismo italiano, quando ainda funcionava a Camara, e que uma tumultuosa sessão reclamava a verdade sobre o crime, e justiça para os matadores do politico liberal. Mussolini sobe a tribuna e suas primeiras palavras são inescusáveis:

— Se há dentro desta Casa quem queira esclarecer este crime e punir os culpados, esse algem sou eu!

Pois esta semana vimos a policia portuguesa a colaborar com a espanhola para descobrir quem havia morto Delgado, e no fim da festa, depois da acusação provida de Madrid, de que elementos da PIDE haviam entrado nesses assados, Lisboa desmente Madrid, pois ambas as policias, o que haviam feito, era apenas cooperar para se descobrir a verdade, tão só a verdade nada mais do que a verdade.

O que adquire um tom de soada comédia, que não seria senão uma triste comédia, quando tem por fim mistificar a opinião pública, não só dos dois países como do mundo inteiro".

A Tribuna, 17 de Fevereiro)

THE ECONOMIST

(...) O inquérito espanhol foi iniciado só depois de terem chegado a Badajoz três advogados enviados pela Liga dos Direitos do Homem. Eles contaram, entre outras coisas, que a policia espanhola ficara com os papeis do general antes do fim de Fevereiro. A 26 de Março, a Espanha negou oficialmente qualquer conhecimento dos movimentos destes; mas a 24 de abril, logo que os advogados terminaram a sua investigação, as autoridades espanholas anunciaram a descoberta dos corpos. O pronunciamento do Senhor Crespo sobre o assunto é em primeiro lugar para ilibar a policia espanhola de suspeita de cumplicidade nos assassinios. O objetivo deste pronunciamento é obrigar todos a voltarem os olhos em direção a Portugal.

Quando o general desapareceu, a primeira reacção de Lisboa foi sugerir que era apenas mais um dos seus golpes publicitários. Quando a morte se tornou inegável, ofereceram-se outra sugestão: comunistas ou outros rivais na oposição exilada tinham-no assassinado, para impedir a sua aproximação do governo e todas as suas revelações. O proprio Salazar apresentou esta teoria na televisão pouco antes das eleições em Novembro. Mas agora a acusação espanhola e a atitude portuguesa inapelável perante o inquérito — atitude da qual se queixa o senhor Crespo, — apontam claramente outros interesses. Os investigadores espanhóis creem que o alvo era raptar o general, interrogá-lo e talvez julgá-lo em Portugal; que ele foi morto quando resistiu; e que a senhora Campos, foi morta para se conservar em silêncio."

(de "The Economist", 19 de Fevereiro.

Publicamos a seguir alguns excertos do depoimento contra a guerra colonial do major José Ervedosa que participou da guerra de Angola como piloto aviador e que é hoje membro da Junta Revolucionária Portuguesa da F.P.L.N. Esse depoimento faz parte de um livro que aquele oficial patriota publicará brevemente sob o titulo "Repressão".

(...) Revolve-me num conflito interno que cada vez se revela mais impotente. Assino uma folha de papel selado a pedir minha demissão de Ofelal da Força Aérea. No dia seguinte recupero a folha rasgada: não posso responder com uma simples abstenção às ordens criminosas que me prestei a cumprir.

Começo, gratuitamente, a espalhar a minha revolta nos cafés, tentando verter nesse acto negativo — porque me limita e referencia — parte do enorme complexo de culpa que ando a arrastar pelas ruas de Luanda.

(...) E é nesse momento que vejo que estou pronto para o que vier: não sei o que fazer porque quero, com a urgência da própria vida, fazer alguma coisa.

Essa qualquer coisa aparece-me na pessoa de um alferes miliciano. Vem de Lisboa, mandado por pessoa da minha confiança, e traz-me uma proposta concreta: "Quer colaborar no fim da guerra de Angola? Quer contribuir para destruir uma ditadura que conduziu o país a "isto"? Quer revoltar-se?" Quero!

(...) Os soldados nas colónias — trando aqueles poucos que logram oportunidade para por a claro um sadismo latente — estão dia após dia mais conscientes de que qualquer coisa anda errada por ali. O simples gesto de matar sem a percepção de motivos justos, não é afinal tão simples assim: deixa marcas profun-

das na consciência de cada um, degrada ou revolta, destrói ou reconstrói um homem.

(...) Os soldados portugueses em Angola, na Guiné, em Moçambique, em S. Tomé, no Príncipe, em Cabo Verde passam fatalmente pela contaminação de uma mesma doença, mais ou menos consciente, patente através de sintomas variados: o complexo de culpa.

(...) Mas é preciso que as percentagens de responsabilidade sejam bem divididas e atribuídas a quem cabam. Do anonimato de toda uma nação é necessário fazer ressaltar quem se colocou na sua liderança. Urge referir os processos de castração, obscurantismo e mistificação usados para distorcer o caminho normal desse aglomerado de homens.

Como castração entendo todo o processo de envilecimento económico, de desemprego provocado, de chantagem com a sobrevivência. Como castração entendo uma repressão cuidadosa de se não tornar escandaloso disseminado.

Como obscurantismo entendo não só uma censura como uma distorção de factos, uma segregação económica no acesso aos meios de esclarecimento e educação. Como obscurantismo entendo a proibição aos editores, empresários e produtores cinematográficos, de tornarem público qualquer autor que se demonstre ainda que vagamente liberal.

Como mistificação entendo os conceitos históricos que pretendem fabricar uma "raça lusitana", materializando-a num asceta de cruz numa mão e espada na outra. Como mistificação entendo o estabelecimento e difusão de exemplos práticos de que o processo histórico seja, de facto, imutável. "Tudo se repete", foi um slogan criado para fazer desistir — e por isso a juventude das escolas de Portugal tem sido mandada olhar para o época dos descobrimentos, como se renová-la fosse a sua única possibilidade de dignificação, de contribuir para a grandeza da Pátria. Como mistificação entendo, enfim, os vários processos derivativos que vieram distrair a atenção do português para uma realidade de fantasmas, fadas e duendes.

E a responsabilidade da utilização de tais meios cabe por certo a um determinado grupo e à máquina estatal que soube gerar.

Porque se acusa fundamentalmente o fascismo Salazar e toda a clique que o rodeia e apoia é porque vi, em 1942, todas as crianças nascidas em Santa Eugénia, a minha aldeia natal, morrerem de subnutrição — e porque o fascismo pretendeu explicar esse facto com o ciclone que flagelou o país no ano anterior; é porque vi amigos na prisão, após sessões longas de uma semana e mais na tortura do sono, aparentemente intocados mas doentes, quem sabe se sem remédio, para o resto dos seus dias — e porque o fascismo explica em voz cantada que não existe limite legal de tempo para os interrogatórios; é porque avies foram mandados seguir para a destruição de senzalas onde gente que vivia foi regada com napalm a arder — após o fascismo ter anotado, nas ordens de missão, o comentário afirmativo de que essas senzalas estavam desabitadas durante o dia.

E se acusa fundamentalmente a aristocracia do dinheiro em Portugal é porque cada mito criado pelo fascismo — criatura sua — subteve uma contradição objectiva bem à vista: é porque — por exemplo — um território proclamado como português (distrito de Lunda em Angola, onde estão as minas de diamantes da DIAMANG) tem regulamentações próprias e se torna num verdadeiro estado inter-estado com fronteiras rígidas, cuja ultrapassagem pode significar perigo como o verificou um piloto de DO-27 da Força Aérea Portuguesa que ali teve de aterrar em missão de serviço;

E porque toda uma guerra colonial, com toda a sua história de massacres, violências e horror resulta de necessidades que esse grupo tem de manter as suas "quintas no ultramar".

PEQUENAS NOTICIAS

★ O Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO), organização nacionalista com sede em Lusaka, Zambia, enviou ao Conselho de Segurança das Nações Unidas um memorial denunciando os atos de genocídio cometidos em Moçambique pelo colonialismo português particularmente na região de Tete, onde centenas de aldeias foram abandonadas pelas respectivas populações em consequência da brutal repressão das autoridades militares colonialistas.

★ Em documento confidencial, o comandante do Depósito de Munições de Linda-a-Pastora comunicou ao Ministério da Defesa não ter condições para garantir a segurança dos palcos da unidade, pois tanto os oficiais como as praças de que dispõe não lhe inspiram confiança.

★ Todas as unidades militares, em obediência a determinação ministerial, estão enviando, mensalmente, para a PIDE um relatório sobre o comportamento político dos oficiais. O relatório tem de ser manuscrito e elaborado por oficial de patente não inferior a capitão.

★ Todos os jovens encontrados pela Polícia nas ruas do Barreiro após a meia-noite são levados para os calabouços da Guarda Republicana onde lhes cortam o cabelo, permanecendo aí até que os pais os vão buscar.

★ Um rapaz esteve preso durante três dias por se ter recusado a responder à Polícia quando esta pretendia saber o motivo da sua presença na rua depois da meia-noite.

★ Na Rotunda da Boavista, em frente do Café Orfeu, no Porto, realizou-se recentemente mais uma "operação-stop". Os automóveis eram detidos e vistoriados os documentos dos cupantes por agentes da Polícia de Segurança, acompanhados por elementos da PIDE.

★ O chefe dos guarda-costas do tubarão Henrique Tenreiro, um tal "comissário Jaime" foi agora nomeado diretor da lota de Cascais.

★ Em desmentido frontal ao que se tem oficialmente propagado a respeito da prosperidade que a base alemã estaria criando na região de Beja, o desemprego nas aldeias vizinhas à cidade é cada vez maior. Em Salvada, Albernca, M nas da Juliana e Trindade há centenas de trabalhadores parados.

★ A Fundação Gulbenkian retirou o subsídio que vinha concedendo ao Teatro Moderno por ter mantido em cartaz por "demasiado tempo" a peça "O Render dos Heróis", de José Cardoso Pires.

★ A comparação real verificada nas "eleições" de novembro em Sintra, fo. de 8%, embora o Ministério do Interior anunciasse uma percentagem bem mais alta: 55%.

★ Devido a uma circular do governo considerada como atentatória da liberdade de expressão do pensamento médico, o professor Cid dos Santos, proferiu na assembleia geral da Ordem dos Médicos, a qual presidiu, um violento discurso de acusação ao Governo.

★ Os operários portugueses têm entre o proletariado belga bom ambiente pela coragem com que vêm participando dos movimentos reivindicativos dos seus colegas. Recentemente na greve de Limburg, devido ao encerramento de uma mina, os mineiros portugueses integraram-se plenamente no movimento e partiram inclusive dos choques com a policia, isso apesar das leis belgas proibirem a participação de estrangeiros.

★ Para se divertir, um agente da PIDE esbofetou várias pessoas nas ruas de Lourdes, no dia 16 de Setembro do ano passado. Todos os transeuntes que não respondiam à pergunta "Que anda aqui a fazer?", eram sumariamente espancados.

Pela amnistia e contra a repressão

Abaixo as «Medidas de Segurança»

Referimo-nos em nosso último número à publicação em Paris, pelo Comité Francês para a Amnistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses de um oportuno folheto sobre "Medidas de segurança e torturas em Portugal". Dedicando uma atenção particular aos casos de José Vitoriano e Sofia Ferreira, de que "Portugal Democrático" se tem ocupado insistentemente, o oportuno documento refere depois a situação de 117 presos políticos, a maior parte dos quais tendo já cumprido as penas, se encontra ainda nos presídios fascistas por força dessa monstruosidade, condenada pela opinião pública internacional, que são as "medidas de segurança".

Transcrevemos abaixo essa parte do folheto do Comité Francês, na certeza de que os nossos leitores não deixarão de se associar à campanha mundial contra as famigeradas "medidas".

"Haveria muitos outros a citar detalhadamente aqui. Os que apresentamos agora têm em comum a característica de fazer parte dos prisioneiros políticos que tendo terminado já há muito tempo o seu tempo legal" de prisão, estão agora no seu segundo ou terceiro período de "medidas de segurança".

AGOSTINHO SABOGA — Operário de vidraria da vila operária de Marinha Grande. Foi preso pela 2ª vez em 1958. Julgado em Outubro de 1959, foi condenado a 5 anos e meio e às "medidas de segurança". Terminou a pena em dezembro de 1964.

JOÃO RAIMUNDO — Operário da indústria da cortiça. Preso em 1959 o tribunal condenou-o a cinco anos e seis meses e a "medidas de segurança". Contraíu uma grave doença de estomago.

JOSE PACHECO — Operário agrícola da província do Alentejo. Preso em 1958, foi condenado a 4 anos e a "medidas de segurança". Cumpriu já 3 destas "medidas".

ALBERTINA DIOGO — Operária da indústria da cortiça. 33 anos de idade. Presa no mês de Novembro de 1960, foi selvagemmente espancada por agentes da PIDE, sendo alguns deles mulheres. Foi também submetida à tortura da privação do sono e ficou surda em virtude dos maus tratos sofridos.

Julgada em 1962, Albertina Diogo foi condenada a dois anos e oito meses de prisão e às "medidas de segurança".

ALBINA FERNANDES — Doméstica, 34 anos de idade. Presa em dezembro de 1961. A PIDE torturou-a; em seguida às sevícias sofridas manifestaram-se-lhe perturbações nervosas.

No momento da prisão a polícia procurou tirar-lhe os filhos, mas ela resistiu corajosamente e conseguiu levá-los com ela para a fortaleza de Caxias.

Julgada em 1962 pelo tribunal plenário, Albina Fernandes foi condenada a três anos e seis meses e a "medidas de segurança".

No decorrer do julgamento quis tomar a palavra, mas o juiz impediu-a e mandou-a expulsar da sala do tribunal. Foi reenviada para o calabouço do tribunal. Albina Fernandes já cumpriu a sua pena. Mas ela está agora na prisão desde o mês de junho, vítima das "medidas de segurança".

JOAQUIM CARREIRA — Operário de vidraria da Marinha Grande. Preso em 1958, o tribunal condenou-o a quatro anos e a "medidas de segurança". Já cumpriu um período de mais de três anos destas "medidas".

CARLOS BRITO — Estudante, 32 anos, foi preso pela terceira vez em 1959. Evadiu-se da prisão do Aljube em 1957. Julgado em 1960, foi condenado a 4 anos e a "medidas de segurança".

CARLOS ABOIM INGLES — Estudante da Faculdade de Letras de Lisboa. 32 anos, foi preso pela quinta vez em 1959 e condenado a 6 anos de prisão e a "medidas de segurança".

JOSE BERNARDINO — Estudante do Instituto Superior Técnico em Lisboa. 30 anos, foi preso em maio de 1962. Julgado em maio de 1963 foi barbaramente espancado pela PIDE e condenado a 2 anos e 6 meses de prisão e a "medidas de segurança".

MARIO SENA LOPES — Empregado bancário. Com 34 anos, foi preso no mês de janeiro de 1961. Torturado pela PIDE, foi condenado a 4 anos e a "medidas de segurança". Já cumpriu a pena.

JOSE ROLIM — Aviador 27 anos. Foi preso em 1959 e conde-

nado a 3 anos e meio e a "medidas de segurança".

Tendo sofrido torturas as mais desumanas, cortou a língua. Sofrendo uma grave doença da coluna vertebral, sua vida está em perigo, havendo segundo opinião dos médicos, uma única possibilidade de salvá-lo e que vem a ser, uma intervenção cirúrgica que só poderá ser efetuada no estrangeiro.

ORLANDO LINDIM RAMOS — Médico, foi preso no dia 4 de agosto de 1960. Julgado em 1961, foi condenado a 4 anos e a "medidas de segurança".

ARMANDO NORTE — Operário de vidraria da Marinha Grande. Com 31 anos foi preso em 1959 e condenado a 3 anos e a "medidas de segurança". Já cumpriu um período de três anos e as "medidas".

ANTONIO SANTO — Operário, foi preso pela segunda vez em 1959. Julgado no mês de maio de 1960, foi condenado a 5 anos e 6 meses e a "medidas de segurança". Cumpriu já seis anos dessas "medidas".

LUIS NOGUEIRA — Operário e dirigente sindicalista preso em 1956 foi condenado a 3 anos e a "medidas de segurança". Já cumpriu 6 anos destas "medidas".

DANIEL LEAO — Preso no mês de 1961, foi condenado a 2 anos e 8 meses e a "medidas de segurança".

ANTONIO GOMES REGO — Preso no mês de fevereiro de 1957, foi condenado a 4 anos e a "medidas de segurança". Terminou a pena em 1962.

MARIO DE SOUSA — Julgado no mês de março de 1960, foi condenado a 2 anos e 3 meses e a "medidas de segurança".

MANUEL CALADO — Julgado no mês de outubro de 1959, foi condenado a 2 anos e 6 meses e a "medidas de segurança".

RAUL CORDEIRO — Julgado no mês de fevereiro de 1960, foi condenado a 2 anos e 3 meses e a "medidas de segurança".

JORGE DO CARMO — Julgado no mês de fevereiro de 1960, foi condenado a 2 anos e 3 meses e a "medidas de segurança".

ANTONIO JOÃO DA SILVA — Pedreiro com 49 anos de idade, foi julgado a 25 de março de 1965 e condenado a 22 meses de prisão correccional, cobertos pelo período de prisão preventiva, já cumprida e a "medidas de segurança".

AMARAL PEDREIRA — Operário agrícola do Porto. Terminou a pena no mês de março de 1965.



PIRES JORGE

ANTONIO M. SIMAO — Julgado no mês de fevereiro de 1960 e condenado a 2 anos e 2 meses e a "medidas de segurança".

JOSE MARTINS — Operário agrícola, foi julgado a 10 de novembro de 1963. Absolvido, aplicam-lhe medidas de segurança.

POMPEU DOMINGUES — Operário agrícola da cidade do Porto. Terminou a pena em 12 março de 1965.

ANTONIO DE MATOS VELOSO — Arquitecto da cidade do Porto. Foi preso em Luanda (Angola) em 1959. Julgado no mês de agosto de 1960. Foi condenado no mês de maio de 1961 primeiro a 3 anos de prisão celular e a "medidas de segurança" e no segundo julgamento aumentaram a sua pena em mais 2 anos.

ANTONIO CALAZANS DUARTE — Engenheiro, preso em Luanda (Angola) em 1969. Julgado em agosto de 1960 foi condenado a 3 anos de prisão celular e a "medidas de segurança". Julgado uma segunda vez, a sua pena aumentou de 2 anos.

ABEL SOARES — Julgado em 1960 foi condenado a 18 meses e a "medidas de segurança".

MANUEL PEDRO — Empregado, julgado no mês de abril de 1961 foi condenado a 2 anos e a "medidas de segurança".

ARTUR SALDANHA — Agente técnico, 30 anos de idade, foi preso em 1963 e condenado a 2 anos de prisão e a "medidas de segurança".

JOSE PIMENTEL — Comerciante, foi preso em 1962. Julgado no mês de fevereiro de 1963, foi condenado a um ano e a "medidas de segurança".

JOSE PEDRO DIAS — professor do ensino técnico. Com 50 anos, foi preso no mês de maio de 1959 e condenado a 2 anos de prisão e a "medidas de segurança".

MARIO FRANCO DE SOUSA — Julgado no mês de março de 1960, foi condenado a 2 anos e 3 meses e a "medidas de segurança".

JACINTO MARTINS — Julgado no mês de abril de 1961, foi condenado a 2 anos e a "medidas de segurança".

JOSE SINEIRO — Operário, com 28 anos de idade foi preso em 1959 e condenado a 2 anos de prisão celular e a "medidas de segurança".

JOSE CASANOVA — Com 24 anos, trabalhador agrícola, preso em fevereiro de 1960, condenado a 2 anos de prisão celular e a "medidas de segurança".

JOAQUIM PENHA — Com 31 anos, estudante, preso em 1960, condenado a 2 anos e 2 meses de prisão celular e a "medidas de segurança".

CARLOS ALEXANDRE — Operário (Marinha Grande), com 38 anos, julgado no fim de 1961 e condenado a 2 anos e 1 mês e a "medidas de segurança".

JOSE ALVES DE ALMEIDA — Empregado em Lisboa, com 41 anos, julgado em fevereiro de 1960 e condenado a 2 anos e 2 meses e a "medidas de segurança".

FILOMENO ANSELMO — Empregado em Lisboa. Preso em 1958, foi julgado no mês de março de 1960 e condenado a 2 anos e a "medidas de segurança".

ANIBAL BEXIGA — Julgado no mês de janeiro de 1960 e condenado a 2 anos e a "medidas de segurança".

ARNALDO DAVID BRAS — Operário, com 39 anos, foi julgado no mês de maio de 1961 e condenado a 2 anos e 3 meses e a "medidas de segurança".

ANTONIO CAMILO — Vendedor de vinhos, com 42 anos foi julgado no mês de maio de 1961 e condenado a 2 anos e 3 meses e a "medidas de segurança".

JULIO DA CONCEIÇÃO CAMPOS — Empregado de comércio na vila de Albufeira, Algarve, com 35 anos de idade, foi julgado em junho de 1960 e condenado a 2 anos e 3 meses e a "medidas de segurança".

LUIS CARVALHO — Engenheiro, foi julgado no mês de janeiro de 1965 e condenado a 26 meses de prisão e a "medidas de segurança".



S. CARVALHO — Operário, foi julgado em fevereiro de 1960 e condenado a 2 anos e a "medidas de segurança".

JOAQUIM CASTANHA — Operário, com 43 anos, foi julgado em maio de 1961 e condenado a 2 anos e 4 meses de prisão e a "medidas de segurança".

JOSE FRANCISCO CASQUINHA — Operário, julgado em junho de 1960 e condenado a 2 anos e a "medidas de segurança".

DOMINGOS CATARINO — Operário, 36 anos foi julgado no mês de junho de 1961 e condenado a 2 anos de prisão celular e a "medidas de segurança".

JOAQUIM DOMINGOS DA CRUZ — Pedreiro, com 34 anos, julgado a 5 de maio de 1961, foi condenado a 2 anos e 3 meses e a "medidas de segurança".

JOSE INACIO DA CRUZ — Empregado, com 40 anos, julgado no mês de fevereiro de 1960, foi condenado a 2 anos e 2 meses e a "medidas de segurança".

ANTONIO DUARTE — Engenheiro, julgado a 14 de janeiro de 1965, foi condenado a 30 meses de prisão correccional e a "medidas de segurança".

JOAO PEREIRA DUARTE — Operário (Marinha Grande) com 35 anos, foi julgado no mes de março de 1962 e condenado a 2 anos e 5 meses de prisão celular e a "medidas de segurança".

ANTONIO ESTEVAO — Operário agrícola, de 35 anos, julgado em junho de 1961 e condenado a 2 anos e 2 meses e a "medidas de segurança".

MANUEL HENRIQUE ESTEVAO — Operário agrícola, com 34 anos, foi julgado em junho de 1961 e condenado a 2 anos e um mês e a "medidas de segurança".

GUILHERME FARINHA FERNANDES — Operário, 41 anos, preso em 1958 e julgado em dezembro de 1959, foi condenado a 2 anos de prisão celular e a "medidas de segurança".

MANUEL FERNANDES — Julgado em fevereiro de 1960 e condenado a 25 meses de prisão e a "medidas de segurança".

ERNESTO FLAVIO — Empregado, julgado em abril de 1960, foi condenado a 25 meses de prisão e a "medidas de segurança".

MANUEL FRANCO — Operário de vidraria (Marinha Grande) com 42 anos, foi julgado no fim de 1961 e condenado a dois anos e 2 meses de prisão celular e a "medidas de segurança".

AUGUSTO GAIOLA — Operário, de 34 anos, preso em 1958, foi julgado em fevereiro de 1960 e condenado a 2 anos e 1 mes e a "medidas de segurança".

ARTUR GARCIA — Julgado no mes de outubro de 1959, foi condenado a 2 anos e 6 meses e a "medidas de segurança".

CUSTODIO HENRIQUES — Operário com 38 anos, foi julgado em maio de 1961 e condenado a 2 anos e 2 meses de prisão celular e a "medidas de segurança".

JOAQUIM FINO HENRIQUES — Operário agrícola, de 35 anos, foi julgado em maio de 1961 e condenado a 2 anos e 2 meses de prisão celular e a "medidas de segurança".

AGOSTINHO ILUNGA — Licenciado em Direito, 38 anos, foi julgado no fim de 1961 e condenado a 4 anos de prisão celular e a "medidas de segurança".

JOAO FRANCISCO JUNIOR — Operário, 45 anos, foi julgado no fim de 1961 e condenado a 2 anos de prisão celular e a "medidas de segurança".

MARIO VICTOR LOPES — Empregado, 37 anos, foi julgado no fim de 1961 e condenado a 3 anos de prisão celular e a "medidas de segurança".

JOAO LOUREIRO — Empregado, 50 anos, foi julgado em maio de 1960 e condenado a 5 anos e a "medidas de segurança".

LAURENTINO MACHADO — Operário, julgado em junho de 1960, foi condenado a 2 anos e 3 meses e a "medidas de segurança".

ROGERIO DE OLIVEIRA MARIANS — Operário de vidraria (Marinha Grande) 31 anos, preso em 1960, foi julgado no fim de 1961 e condenado a 2 anos e 2 meses de prisão celular e a "medidas de segurança".

JOSE MAIAGAL — Empregado, 38 anos, foi julgado em março de 1960 e condenado a 2 anos e 1 mes e a "medidas de segurança".

ANTONIO NABAIS — Metalurgico, foi julgado em junho de 1960 e condenado a 2 anos e a "medidas de segurança".

AMARO NUNES — Operário, preso em outubro de 1958 e janeriro em fevereiro de 1960 foi condenado a 2 anos e a "medidas de segurança".

LICINIO ISIDRO NUNES — Operário, 33 anos, foi julgado em junho de 1961 e condenado a 2 anos e 1 mes de prisão celular e a "medidas de segurança".

ALBERTINO FERREIRA DE OLIVEIRA — Empregado, 34 anos, foi julgado em fevereiro de 1960 e condenado a 2 anos e 2 meses e a "medidas de segurança".

BELOCHIOR A. PEREIRA — Empregado julgado em junho de 1960, foi condenado a 2 anos de prisão celular e a medidas de segurança.

JOAO CAMILO PEREIRA ROSA — Trabalhador, de 44 anos, foi julgado em 1961 e condenado a 5 anos de prisão celular e a "medidas de segurança".

MANUEL DOS SANTOS — Preso em 1959 e julgado em agosto de 1960, foi condenado a 2 anos e a medidas de segurança.

DE:
EZE
SILVA
1963, f
"medid
ANT
preso
vetro
nos e
segura
MAN
Empre
ho de
nos e
JOSE
Operár
em fev
le a 2
prança
ANTO
TEIO
sta ali
"m
Outro
sio inj
"medid
JOAG
8 anos
e oper
oportu
Ango
Españh
por Fra
tistas.
as fort
Logo
uma a
ta clan
trame
redir-s
tema-se
vrias e
ante se
1961
Julgac
bi cond
celular
a
ANTO
- 50 ar
operário
na luta
perjúrio
prisión
uma esc
bilhões
tipa em
havia
"Medica
al ums
Em 19
chadesti
e grand
constru
196 é pr
a 6 a
"medid
A 19 d
que long
a fortal
E' pres
de 1962
durante
gado em
dinado a
lar e a
Em vil
de o se
nante.
OCTAV
6 anos,
de 1961.
Julgado
condenad
de segun
FERNAN
TEIRA
em 44 a
no 1967,
e no hos
companh
PIDE par
nos nov
e selvatic
gado a 22
meses de
celular e
a "medid
de segun
de 1961.
O se
cidade d
nata as
AMERI
sua.
Estado e
de cou
de pass
metros del

PORTUGAL DEMOCRATICO

EZEQUIEL D. DE CASTRO E SILVA - Julgado em março de 1963, foi condenado a 2 anos e a "medidas de segurança".

ANTONIO SIMÃO - Operário, preso em 1958, foi julgado em fevereiro de 1960 e condenado a 2 anos e 2 meses e a "medidas de segurança".

MANUEL CANEJO VILELA - Empregado, julgado no mês de junho de 1960 foi condenado a 2 anos e a "medidas de segurança".

JOSE ANTONIO CAETANO - Operário, preso em 1958, julgado em fevereiro de 1959, foi condenado a 2 anos e a "medidas de segurança".

ANTONIO CARVALHO CENTEIO - Já cumpriu pena mas está ainda na prisão em virtude das "medidas de segurança".

Outros prisioneiros políticos que não iniciaram ainda as penas de "medidas de segurança".

JOAQUIM PIRES JORGE - 46 anos. Chofer de taxi. Dirigente operário. Na juventude, foi deportado pelo regime fascista para Angola. Em 1936 foi preso em Espanha. Em 1937, foi entregue por Franco aos policiais salazaristas. Ficou na prisão até 1940 na fortaleza de Angra, Açores.

Logo após a sua libertação, retomou a sua atividade antifascista na clandestinidade. Em 1942, é novamente preso, mas consegue evadir-se em 1943. Daí até 1961, torna-se dirigente das lutas operárias em Portugal. Só 1 ano mais tarde será preso: em dezembro de 1961.

Julgado em dezembro de 1962, foi condenado a 10 anos de prisão celular e a "medidas de segurança".

ANTONIO DIAS LOURENÇO - 50 anos. Torneiro, dirigente operário. Desde jovem participa na luta pelo movimento operário português. Organiza, com a colaboração de vários antifascistas, uma escola de noite para os trabalhadores da sua região e participa em numerosas iniciativas culturais. Mais tarde organiza na Sítia "SODA POVOA" (Alverca) uma cooperativa operária.

Em 1943, é obrigado a passar à clandestinidade. Em 1947, dirige as grandes greves de operários da construção naval em Lisboa. Em 1948 é preso, torturado, e condenado a 6 anos de prisão celular e a "medidas de segurança".

A 19 de dezembro de 1954, consegue lançando-se ao mar, evadir-se da fortaleza de Peniche.

É preso novamente em agosto de 1962. Torturado selvaticamente durante mais de 6 meses, foi julgado em fevereiro de 1965 e condenado a 11 anos de prisão celular e a "medidas de segurança".

Em virtude das torturas sofridas o seu estado tornou-se alarmante.

OCTAVIO PATO - Empregado, 60 anos. Preso a 21 de dezembro de 1961. Foi torturado pela PIDE. Julgado em novembro de 1962, foi condenado a 8 anos e a "medidas de segurança".

FERNANDO BLANQUI TELLEIRA - Engenheiro químico, 44 anos. Preso pela 1.ª vez em 1967, evade-se no ano seguinte no hospital onde se encontrava acompanhado por um agente da PIDE para receber tratamento. É preso novamente em maio de 1963 e selvaticamente torturado. Julgado a 23 de março de 1965, é condenado a 10 anos de prisão celular e a "medidas de segurança".

AMERICO DE SOUSA - 46 anos. Operário metalúrgico. Confinado com 17 anos para o campo de concentração do Tarrafal onde passa 4 anos. Libertado com outros democratas em 1940 graças

à ação do povo português, é novamente preso em 1955 e consegue evadir-se em 1957 da prisão do Aljube em Lisboa. Retoma imediatamente a vida clandestina e é preso mais uma vez em dezembro de 1961. Julgado é condenado a 10 anos de prisão celular e a "medidas de segurança".

JOSE MAGRO - Empregado, 44 anos, é preso em janeiro de 1951. Foi condenado a 4 anos de prisão, mas fica 6 anos na fortaleza de Peniche em virtude das "medidas de segurança". Após a sua libertação retoma a vida clandestina e é preso novamente em 1959. Consegue evadir-se da fortaleza de Caxias em 1961, mas é preso novamente no mesmo ano em agosto. Julgado, foi condenado a 10 anos de prisão celular e a "medidas de segurança".

CARLOS COSTA - 37 anos. Intelectual. Participa nas lutas antifascistas desde a idade de 16 anos. Em 1946, é organizador na vila de Fafe (norte de Portugal), e nas localidades vizinhas do Movimento de Unidade Democrática da Juventude (M.U.D. Juvenil). Será um dos dirigentes desse movimento (com mais de 20 000 membros) no Porto e em Lisboa.

Em 1948, foi preso e após vários meses de prisão, absolvido pelo tribunal que ao mesmo tempo o condena às "medidas de segurança". Posto em liberdade, toma o caminho da luta clandestina em 1951, mas é novamente preso em 1953. Após 4 anos de prisão, é finalmente julgado e condenado a 10 anos de prisão celular e a "medidas de segurança".

Em janeiro de 1960, consegue evadir-se da fortaleza de Peniche com mais nove dirigentes da oposição. Retoma a luta na clandestinidade e é preso novamente em dezembro de 61. Selvaticamente torturado, foi julgado e condenado a 10 anos de prisão celular e a "medidas de segurança".

AFONSO GREGORIO - Operário de vidraria. Foi preso em 1959, após 10 anos de luta clandestina. Selvaticamente batido pela PIDE o seu estado de saúde é alarmante. Julgado em 1960, foi condenado a 9 anos e meio e a "medidas de segurança".

JOSE CARLOS - 42 anos. Operário de cortiça. Preso pela segunda vez em maio de 1963. Evadiu-se da fortaleza de Peniche a 3 de janeiro de 1960. Fora preso pela primeira vez em 1957. Julgado em 1959 foi condenado a 7 anos de prisão celular e a "medidas de segurança".

O tribunal de Lisboa condenou-o em 1964 a 10 anos de prisão celular e a "medidas de segurança".

GUILHERME DA COSTA CARVALHO - Estudante. Preso pela primeira vez em 1948 passou oito anos nas prisões salazaristas e varios meses no campo de concentração do Tarrafal. Libertado em 1954 foi preso novamente em 1959. Condenado a 5 anos de prisão e a "medidas de segurança". Em 1960, evadiu-se da fortaleza de Peniche, mas foi preso novamente em 1961. Evadiu-se nesse mesmo ano. Retoma a vida clandestina e mais uma vez é preso em maio de 1963 e condenado a 10 anos de prisão celular e a "medidas de segurança".

JOAO ANTONIO HONRADO - Empregado, 35 anos. Foi preso em maio de 1962. Julgado em março de 1963 foi condenado a 5 anos de prisão celular e a "medidas de segurança".

JORGE ARAUJO - Estudante da faculdade de Direito de Coimbra. Preso pela segunda vez em maio de 1963. Evadiu-se a 6 de agosto de 1962 da prisão do Porto. Durante 13 dias e 13 noites foi espancado e sofreu a tortura da privação do sono. Julgado, foi condenado a 4 anos de prisão celular e a "medidas de segurança".

VARELA GOMES - Capitão do exercito. Comandou o assalto do quartel de Beja no primeiro de janeiro de 1962. Gravemente ferido, ficou em perigo de vida durante vários dias. A policia recusou-lhe a operação imediata de que necessitava. Graças aos protestos dos médicos, foi operado e salvo. Durante o regime de completo isolamento que sofreu vigiado pela policia até 1964, isto é até ao fim do seu julgamento em julho, foi vítima de uma tentativa de envenenamento e frequentemente privado de visitas da familia devido à sua atitude intransigente para com a policia.

Foi condenado a 6 anos de prisão celular e a "medidas de segurança".

mesures de securité et tortures au portugal

MANUEL SERRA - Dirigente católico. Oficial da marinha mercante. Preso durante a insurreição de Beja em 1962. Foi barbaramente torturado. Durante os primeiros 40 dias da sua detenção foi interrogado 32 vezes e espancado 13 vezes a murro, a pontapé e á matraca.

Julgado em 1964, foi condenado a 10 anos de prisão celular e a "medidas de segurança".

ANTONIO GRAÇA - Empregado de laboratório. Foi julgado no mês de dezembro de 1964 e condenado a 5 anos de prisão celular e a "medidas de segurança".

MARIO ARAUJO - Operário agrícola. Julgado a 19 de fevereiro de 1964 e condenado a 2 anos e a "medidas de segurança".

MANUEL DE SOUSA BARIDO - Empregado, 47 anos. Julgado em 1961, condenado a 5 anos de prisão celular e a "medidas de segurança".

LUIS VICTOR DE NASCIMENTO PEREIRA - Julgado em abril de 1965, condenado a 2 anos e 2 meses de prisão celular e a "medidas de segurança".

JOAO CRAVO - Julgado em maio de 1960 e condenado a 6 anos e a "medidas de segurança".

HENRIQUE L. R. PEREIRA DA CUNHA - Julgado em abril de 1965 foi condenado a 2 anos e 6 meses de prisão celular e a "medidas de segurança".

JOAQUIM DIAS - Julgado em novembro de 1964 foi condenado a 7 anos de prisão celular e a "medidas de segurança".

JOSE DRAGO - Trabalhador. Preso a 6 de junho de 1964. Devido às torturas sofridas, foi internado numa clinica em Coimbra. Durante 10 meses a familia nada soube dele. Foi julgado a 12 de março de 1965 e condenado a 2 anos e 2 meses e a "medidas de segurança".

ANTONIO FIGUEIRA - Mineiro. Julgado a 14 de janeiro de 1965, foi condenado a 4 anos de prisão celular e a "medidas de segurança".

JULIO DE MELO FONSECA - Julgado em junho de 1961 foi condenado a 8 anos de prisão celular e a "medidas de segurança".

ERNESTO JOAQUIM GOMES - Trabalhador, 45 anos. Julgado a 24 de fevereiro de 1965, foi condenado a 16 anos de prisão e a "medidas de segurança".

MANUEL ANTONIO GOMES - Trabalhador, 24 anos. Julgado em 24 fevereiro de 1965, foi condenado a 16 anos de prisão e a "medidas de segurança".

FRANCISCO JORGE - Mineiro. Julgado a 26 de novembro de 1964, foi condenado a 2 anos e 8 meses e "medidas de segurança".

JOAQUIM GARCIA LABAREDAS - Operário, 21 anos. Julgado a 15 de julho de 1965, foi condenado a 2 anos e meio de prisão celular e a "medidas de segurança".

JOSE RICARDO ZAGALO E MELO - Comerciante. Julgado a 17 de dezembro de 1964, foi condenado a 2 anos e 2 meses e a "medidas de segurança".

MANUEL RIBEIRO - Operário. Julgado a 17 de dezembro de 1964, foi condenado a 2 anos e meio e a "medidas de segurança".

JULIO GIL SALVADOR - Operário de vidraria, 46 anos. Julgado no fim de 1961, foi condenado a 5 anos de prisão celular e a "medidas de segurança". FRANCISCO VALENTE - Operário. Julgado a 17 de dezembro de 1964, foi condenado a 2 anos e a "medidas de segurança".

Campanha a Favor do Povo Português

O Comitê Francês para a Amnistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses que tão destacado papel vem desempenhando no movimento internacional de solidariedade ao povo português, publicou no seu boletim de Dezembro um apelo em que são feitas algumas oportunas sugestões no sentido de um alargamento da campanha.

Depois de recordar a Conferência dos Países da Europa Ocidental em Dezembro de 62, e a ação subsequente desenvolvida pelo Comitê Francês e por outras organizações internacionais para que seja posto um parafreio à repressão política em Portugal, o documento em questão acrescenta:

"Infelizmente, as informações que chegam regularmente de Portugal indicam um considerável agravamento da mais brutal das repressões, única resposta do governo de Salazar à luta cada vez mais ampla do povo português pelos seus direitos. Basta que nos atenhamos aos conhecimentos dos últimos meses, do assassinio do general Humberto Delgado, aos atentados às liberdades sindicais das associações de estudantes, à repressão das greves, às perseguições contra os militantes operários, às prisões realizadas quotidianamente nos meios políticos mais diversos, à extinção da Sociedade Portuguesa de Escritores, às torturas de que são vítimas muitos presos, à impossibilidade, finalmente, de a oposição participar legalmente nas eleições - todos esses fatos mostram claramente quanto é urgente ampliar a nossa ação para forçar o governo português a promulgar uma verdadeira amnistia e a restabelecer e garantir o conjunto das liberdades democráticas de que o povo português está privado.

PARECE-NOS PORTANTO NECESSARIO ESTUDAR AS MODALIDADES EM QUE O ALARGAMENTO E A COORDENAÇÃO DAS AÇÕES NESSE SENTIDO PODERIAM SER ENCARADOS DENTRO DO RESPEITO MAIS ABSOLUTO PELAS INICIATIVAS DE CADA ORGANIZAÇÃO OU PERSONALIDADE.

O comitê Francês tem a intenção de se dirigir a todas as orga-

nizações e personalidades que manifestaram em muitas ocasiões o seu interesse por este doloroso problema, a fim de lhes pedir que participem numa "Mesa Redonda" durante a qual poderiam ser encaradas as possibilidades de um alargamento da ação a favor dos presos políticos e dos democratas portugueses.

Sensível às pressões da opinião pública internacional, o governo português tenta por vezes camuflar a sua verdadeira natureza de opressão. Mas não o consegue, evidentemente. Foi assim que este verão quis, generosamente, conceder uma pretensa "amnistia" que apenas beneficiou um número ínfimo de presos políticos, a maioria dos quais já haviam cumprido as respectivas penas e iam, ser, de qualquer modo, libertados.

O que caracteriza Portugal hoje não é um simulacro pelo qual um poder impiedoso tenta inutilmente justificar-se, mas pelo contrário, ante o descontentamento profundo de um povo que quer ser tratado com dignidade, o desencadamento da repressão, a prática quotidiana das torturas mais cruéis, o recurso permanente às "medidas de segurança". São esses métodos, é essa política repressiva que o Comitê Francês para a Amnistia em Portugal denuncia cada vez com maior vigor".

PORTUGAL DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL Otávio Martins de Moura SUCURSAL RIO DE JANEIRO: Rua General Pedra, 215 - Tel.: 43-0202

REPRESENTANTES RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva - Rua Real da Torre, 819 - 1.º CURITIBA: A. Ferrer - Rua João Pessoa, 67.

LONDRINA: Julio Duarte - Edifício Centro Comercial - Apto. 141.

PORTO ALEGRE: Carlos Noronha Feio - R. Dr. Flores 26 - Rio Grande do Sul.

PELOTAS: Heitor M. Bandeira - Rua 7 de Setembro, 312 - Pelotas - R. Grande do Sul INGLATERRA: Portuguese And Colonial Bulletin - 10 Fentiman Road, London, S.W. 8

BRUXELAS: Carlos Siqueira Rue Jolly, 77 Schaerbeek - Bruxelles 3

HOLANDA: ANGOLA COMITE - Vinckenstraat 15 - Amsterdam - C.

CANADA: Portuguese Canadian Democratic Association 10 - Eden Place Toronto 2B - Ontario

A. dos Santos 7564 d'Outremont Ave. Apt.1 Montreal 15, P.Q.

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa - Apartado 8287 - Caracas.

URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casilla de Correo. n.º 2.128, Distrito 5 - Montevideo.

CHECOSLOVAQUIA: João Ribeiro - Postovní Urada - Praha.

FRANÇA: Grupo de Amigos de "Portugal Democrático" 29, rue St. André des Arts. Paris - 6.º me.

REDAÇÃO Rua Conselheiro Furtado, 191 - Sala 2 - Tel.: 37-0933 - São Paulo. Caixa Postal 6248

EXPEDIENTE Dias úteis: das 19 às 22 horas sábados: das 15 às 19 horas. Número avulso: Cr\$ 50 Assinatura anual Cr\$ 1.500

Ano X - N.º 104 - Março 66

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.



MANUEL SERRA

Salazar e a Universidade

As estatísticas demonstram que Portugal é um dos países do mundo onde o acesso à cultura é mais difícil. Apenas 0,25% da população portuguesa realiza estudos universitários. Por outro lado, a reflectir que a instrução é um privilégio, a repartição classista dos estudantes é chocante: só 1% provem das classes trabalhadoras.

O interesse do Governo fascista em fechar as portas da Universidade aos jovens de origem proletária e camponesa demonstra-se na falta de facilidades para que os mais pobres possam prosseguir os seus estudos. O número de bolsas no ano lectivo de 64-65 não excedeu 3,9% dos alunos matriculados e o montante dessas bolsas, da ordem dos 500 escudos por pessoa (aproximadamente 38.000 cruzeiros) é ridículo. Por outro lado, o número de estudantes isentos do pagamento de propinas (6,7%, entre os quais os 3,9% de bolsistas) também é diminuto.

Apenas apresentam percentagens inferiores os países mais atrasados da África e da América Central... E o governo fascista ainda impede que os estudantes, através das suas Associações Académicas criem organizações de assistência. A iniciativa da vacinação antitetânica, por exemplo, foi proibida oficialmente em 1963. Isso apesar de o tetano vitimar uma pessoa por dia em Portugal...

Colonialismo Anticolonialismo

ANGOLA
DOIS QUE SE LIBERTAM

As deserções de angolanos incorporados a força no exército português são cada vez mais numerosas. Para que se avalie qual é o estado de espírito desses homens publicamos abaixo a declaração que o soldado Jaime Felix Bagoro entregou à imprensa de Brazaville após desertar em novembro da unidade onde prestava serviço:

"Há aproximadamente três semanas, desertei da cidade de Cabinda onde fazia parte do exército colonial português. Eu era um dos raros radiotelegrafistas do exército.

Em 1961, apercebi-me da violência e da injustiça do colonialismo português, quando a PIDE prendeu um tio meu, enfermeiro, que tinha 5 filhos e do qual eu dependia, para minha educação. Meu tio esteve 12 meses na prisão e a família ficou na maior miséria. Fui obrigado a interromper os meus estudos para me empregar numa tipografia e manter assim a família.

Foi nestas condições que os colonialistas me incorporaram no exército colonial, na secção de Telecomunicações militares. Fui colocado na cidade de Cabinda.

O exército português começou a admitir angolanos no exército depois do início da Revolução, mas agora não há oficiais.

Eu sou um dos primeiros militares telegrafistas angolanos admitidos em 1964, no exército colonial.

Os oficiais negros que existem em Angola são naturais das Ilhas de Cabo Verde ou São Tomé.

Em Cabinda, eu e os outros angolanos ouvíamos regularmente o programa da rádio do MPLA e verificávamos que os portugueses falsificavam todas as notícias acerca dos combates, diminuindo a importância das lutas em Cabinda.

Revoltado contra o sistema colonial e contra a opressão de nosso povo pelos estrangeiros, resolvi ingressar nas fileiras do MPLA para combater pela liberdade da minha pátria.

Não menos expressiva é a declaração de David Moises, outro angolano que aderiu igualmente ao Movimento Popular de Libertação de Angola, depois de desertar do exército colonial português:

"Desertei do exército português há quatro meses, mas só agora tenho a oportunidade de ingressar no MPLA.

A guerra injusta que os portugueses fazem contra o nosso povo, as brutalidades a que submetem a população angolana forçaram-me a abandonar o exército colonial onde tinha o posto de cabo.

Nenhum angolano está de bom grado no exército colonial português e todos aqueles que conosco estão ansiosos por desertar, para combater ao lado do MPLA pela liberdade do país. Os angolanos no exército português estão sujeitos a discriminações. Não são bem tratados, têm um salário inferior ao dos portugueses e nunca obtêm cargos superiores no exército.

Portugal sofre de dificuldades económicas. No exército colonial os salários baixaram recentemente e por isso os bárbaros soldados roubam o pão e os outros bens do povo de Cabinda.

Mas eles têm muitas dificuldades para tentar afetar os guerrilheiros do MPLA das suas posições. Utilizam cães de guerra e armas de fabrico belga, por exemplo, G.3 e FN, armas israelitas, como a metralhadora UZI e de outras origens.

Os portugueses fazem todos os esforços para desmobilizar o povo angolano da sua luta, mas as suas campanhas psicológicas não têm dado os resultados esperados.

Vim a Brazaville, a fim de participar na luta armada, nas fileiras do MPLA, para cooperar no esforço pela libertação do meu país."

GUINÉ

NOVAS DEBROTAS
DO PACIFICADOR

A situação militar continua a agravar-se para as forças colonialistas. O "pacificador" Schultz desertou há muito das suas posições de reconquistar os territórios

libertados pelos guerrilheiros e pelas tropas regulares do PAIGC. Se exceptuarmos o caso peculiar de Bissau, as guarnições portuguesas acham-se cercadas nas respectivas unidades e não há em todo o país, um rio ou uma estrada onde qualquer força colonialista se possa deslocar sem correr o risco de ser atacada pelos patriotas guineenses.

O próprio estado-maior colonial português que, durante muito tempo, insistiu em negar importância aos combates, reconhecendo apenas perdas isoladas, vê-se agora forçado a mudar de tática e a confessar que se travam combates importantes em que as perdas são pesadas de parte a parte. Sob esse aspecto, o ano de 1966 iniciou-se pessimamente para o "pacificador", pois Lisboa informou oficialmente que nada menos de 13 soldados portugueses haviam sido mortos entre 12 e 18 de janeiro.

Num comunicado referente a esses combates, o PAIGC fornece os seguintes esclarecimentos: No dia 8 de janeiro os seus guerrilheiros atacaram um destacamento colonialista a menos de 300 metros da base de Barro, infligindo-lhe 14 baixas, incluindo quatro mortos. No dia 10, quase no mesmo local, registrou-se novo choque durante o qual teriam perdido dois soldados portugueses. Finalmente, no dia 12, um destacamento português caiu numa emboscada a 5 quilómetros da referida base de Barro. Atacado por unidades regulares do Exército Popular do PAIGC, esse destacamento teria deixado no terreno 15 mortos, perdendo ainda um veículo motorizado.

LUTAS POPULARES

CUF DO BARREIRO — Os operários da Zona têxtil da CUF, no Barreiro, continuam a fazer "ceira", recorrendo aos mais variados pretextos para pararem as máquinas. O comentário que se ouve frequentemente é o seguinte: "Os encarregados que trabalham lá que foram eles que beneficiaram dos aumentos! Anteriormente o subsídio de turno era de 1500 por hora para os homens e 1500 por hora para as mulheres do 2.º e 3.º turnos. Como os operários do 3.º turno trabalham seis horas e meia, o subsídio era contado sobre as 8 horas. Contudo, em julho passado, os Mellos generalizaram para 25% o subsídio de turno para todos os que trabalham das 20 às 7 horas. Todos os demais deixaram de beneficiar do subsídio. Daí a luta que travam agora os operários pela revisão da medida. Além disso enviaram um protesto à direção das fábricas do Barreiro por esta haver decidido não fazer aumentos salariais aos operários sem o exame do 2.º grau.

CAMINHOS DE FERRO — Relina um ambiente de terror na CF. Os operários vêm sendo constantemente ameaçados pelos chefes de brigada e pelos contramestres, sob instigação do engenheiro chefe, um tal Paulo Mormigo Vicente, um verdadeiro carrasco. Os engenheiros Tavares da Silva e Arricado e Rodrigues seguem nas mesmas águas e castigam o pessoal ao menor pretexto. As punições vão de 20 a 50 escudos mas já houve suspensões por três dias! Por outro lado, exige-se dos operários uma produção superior às suas forças.

O pessoal vem-se organizando e manifesta já de várias maneiras a sua inaceitação do regime brutal a que querem submetê-lo.

SANATORIO DO CARAMULO — No verão passado ocorreu um levantamento de "rancho" entre os soldados internados no Sanatório Salazar, destinado a praças e sargentos, pois os oficiais vão para o Grande Sanatório. O motivo foi a péssima alimentação ali servida aos doentes. O diretor do estabelecimento, o fascista João Lacerda, ordenou a detenção de dois soldados. Entretanto, os demais, solidarizando-se com esses companheiros, concentraram-se em frente do edifício principal e realizaram uma manifestação de protesto contra a medida, entregando ao diretor um abaixo-assina-

ULTIMA HORA DEZENAS DE ESTUDANTES PRESOS PELA P.I.D.E.

LISBOA (Do Correspondente) — A medida que a luta dos estudantes prossegue, a repressão policial torna-se cada vez mais feroz. Embora nos últimos meses do ano os estudantes tenham dedicado maior atenção às actividades organizativas, abstendo-se provisoriamente de acções susceptíveis de desencadear as brutalidades policiais o governo, reconhecendo que o fortalecimento do movimento estudantil constitui para ele a pior das ameaças, aproveita todos os pretextos para investir contra a Universidade. A decisão de aplicar sanções a 181 alunos da Universidade de Lisboa causou como era de esperar, a mais profunda revolta não apenas entre os estudantes mas entre todas as camadas da população. Nada menos de 53 jovens foram expulsos das três universidades e impedidos de prosseguir os seus estudos por períodos que vão de um a oito anos. A soma das penas ascende a 90 anos!

Entretanto, a PIDE entendendo que a repressão administrativa era insuficiente, iniciou

por conta própria, nas últimas semanas do ano, uma vaga de prisões que entrou pelo ano de 1966. Entre as primeiras vítimas dessa nova onda de terror policial contam-se JORGE DIAS DEUS ex-presidente da Associação do Instituto Superior Técnico, que já havia sido expulso da Universidade pela coragem e dignidade de que deu mostras em 64 no exercício das suas funções de dirigente; e Eugénio Rosa, ex-presidente da Associação Académica do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, também expulso da Universidade.

Chega-nos também a notícia — embora a censura tenha proibido a divulgação de todo o noticiário referente ao assunto — de que foram igualmente presos os seguintes estudantes:

MANUEL ARAUJO (Belas Ar-

tes); JOSÉ MANUEL PONTE (Medicina); JOSÉ MANUEL FERONHA (IST); JOSÉ CALHAU (IST); SANTOS SILVA (Direito); ANTONIO LOMBA (Agronomia); HENRIQUE PINTO DA COSTA (Agronomia); MARTINS (Letras); JOÃO BERNARDO VIEGAS SOARES (Letras, oito anos de expulsão); RUBEN TRISTÃO DE CARVALHO (Direito); GRAÇA ERIKA (Belas Artes); e CARLOS MYRE DORES (ex-dirigente liceal).

Urge que todos os democratas portugueses se mobilizem no sentido de levar ao conhecimento da opinião pública mundial esta nova onda de violências contra os estudantes. A solidariedade internacional pode, uma vez mais, levar Salazar a recuar na sua campanha contra a juventude universitária.

Povo Uruguaio Contra Salazar

MONTEVIDEU — A Embaixada de Portugal acaba de assumir uma atitude que tornou ainda mais acentuados os sentimentos de repulsa que o povo uruguaio já nutria pela ditadura fascista de Salazar.

A União das Mulheres Portuguesas fizera em fins de Janeiro um apelo à opinião pública da Argentina, da Bolívia, do Paraguai, do Chile e do Uruguai para que intensificasse o seu apoio à luta travada contra o fascismo salazarista tanto pelo povo português como pelas populações africanas oprimidas pelo colonialismo de Lisboa. O povo de Montevideu respondeu imediatamente ao apelo e a Central de Trabalhadores e numerosas organizações sindicais e estudantis decidiram formar uma comissão para comparecer no dia 4 de Fevereiro à Embaixada de Portugal e entregar ao representante de Salazar um memorial em que se exigia o cumprimento pelo governo português dos princípios inscritos na Declaração Universal dos Direitos do Homem. Marcada pelo encarregado de negócios uma audiência para as 16,30, os delegados compareceram à hora exacta na sede da representação diplomática portuguesa onde, correspondendo por sua vez ao apelo, já se aglomeravam dezenas de milhares de mulheres, operários e estudantes de Montevideu, em muda manifestação de protesto contra os crimes do fascismo. Muitos empunhavam cartazes onde se liam os seguintes dizeres: **BASTA DE MEDIDAS DE SEGURANÇA! BASTA DE TORTURAS AOS PRESOS POLITICOS! BASTA DE NAPALM PARA OS NACIONALISTAS DAS COLONIAS DE PORTUGAL! BASTA DE PERSEGUIÇÃO AOS ESTUDANTES! BASTA DE PRESOS POLITICOS!**

Ante a amplitude da manifestação o encarregado de negócios apavorou-se e fugiu. Apareceu à porta um funcionário que explicou, titubeando, que o chefe da missão não

podia receber a comissão, pois esperara até às 16,30 exactas, ausentando-se logo a seguir. Eram então 16,40 em ponto!

Indignados, os manifestantes traduziram então em alto e bom som o seu repúdio pelo fascismo salazarista, transformando-se a concentração num dos maiores meetings ultimamente realizados na capital uruguaia.

ATO PUBLICO PELA AMNISTIA EM PARIS

PARIS (Do Correspondente) — Por iniciativa do Comité Francês para a Amnistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses, realizou-se no dia 26 do mês findo nesta capital um grande colóquio para debate do problema da repressão em Portugal e discussão das melhores formas de se reforçar a solidariedade internacional ao povo português. A iniciativa recebeu a adesão, entre outras, das seguintes organizações: Partido Socialista, Partido Socialista Unificado, Partido Comunista Francês, Confederação Geral do Trabalho, União Nacional dos Estudantes Franceses, Associação Internacional dos Juristas Democráticos, Liga dos Direitos do Homem, Socorro Popular Francês, Jornal "Témoignage Chrétien", etc. Entre as eminentes personalidades ligadas ao Colóquio figuraram René Char, Jean Cassou, Wladimir Jankelevitch, Jacques Nantat e W. Pozner.

DIVERSAS

• Os operários da Cerâmica Sul e Sado exigiram que os seus salários fossem elevados de 29570 para 39590 quando prestam serviço de forn-iros. A reivindicação foi satisfelita.

• Na região de Alvalade, um rancho de trabalhadores que trabalhava para um tal "Salote" no tratamento e rega de tomate conseguiu obter um aumento salarial de 6500 por dia e 5500 por hora extraordinária. Na mesma zona, na Herdade do Carvalhal, o pessoal continua a recusar-se a trabalhar mais de oito horas por dia.

RADIO VOZ DA LIBERDADE UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUES

Ouçã a emissora da Frente Patriótica de Libertação Nacional às quartas e sábados, a partir das 0,15 (hora de Portugal) em ondas curtas de 25, 31 e 49 metros e médias de 230 e 320 metros.

PORTUGAL DEMOCRATICO
R. Cons. Furtado, 191 - SP, Brasil
Endereços de Assinantes